

Junho 2016 • Ano 6 • Número 22 • R\$ 18,00

TRANSPARÊNCIA

IBRACON
INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL

45 anos
1971 - 2016

Credibilidade em alta

**O mercado se prepara
para o Novo Relatório
do Auditor**

**Ibracon realiza a 6ª Conferência Brasileira de Contabilidade
e Auditoria Independente**

Revista

TRANSPARÊNCIA

Comunicação Ibracon

Quer divulgar a sua marca para os profissionais
da Contabilidade de todo o Brasil?

{anuncie}

Fale conosco

revistatransparencia@ibracon.com.br

www.ibracon.com.br

IBRACON
INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL

45 anos
1971 - 2016

Sempre em sintonia com os avanços da profissão



Este número da *Transparência Ibracon* é marcado pela expectativa de realização da 6ª Conferência Brasileira de Contabilidade e Auditoria Independente, que o Instituto promove em São Paulo, nos dias 13 e 14 de junho. E, como a programação da conferência, nossa revista aborda temas relevantes e de impacto para os profissionais contábeis.

Assim como na Conferência, reservamos nesta edição um espaço para tratar do Novo Relatório do Auditor e entender como as entidades e os auditores independentes estão se preparando para sua aplicação no Brasil, nas auditorias de demonstrações contábeis relativas aos exercícios a findarem em 31/12/2016. Trazemos também uma reportagem sobre os bastidores da implementação da norma IFRS 15 e os esforços de entidades e do mercado para estimar seus impactos.

Sempre ressaltando a importância da Educação Profissional Continuada, apresentamos reportagens sobre os primeiros seis meses da extensão da Norma Brasileira de Contabilidade PG 12 e sobre a migração dos cursos do Ibracon para a educação a distância.

Dedicamos a seção Perfil desta edição à memória do professor Iran Siqueira Lima, ex-integrante do Conselho Editorial da *Transparência Ibracon* desde o primeiro número, que nos deixou quando iniciávamos a preparação da revista, e cujo legado é inestimável para toda a categoria contábil.

Boa leitura a todos,

Idésio Coelho
Presidente do Ibracon

IBRACON | 45 anos
INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL 1971-2016

Nesta edição

10 Contagem regressiva

Profissionais, empresas e entidades preparam-se para a adoção do Novo Relatório do Auditor, que será implementado no Brasil no fim de 2016.



18 União de esforços

Empresas, contabilidade e Receita Federal fazem ação conjunta para neutralizar impactos tributários da norma IFRS 15, que busca assegurar maior transparência na avaliação de empresas, especialmente no que se refere à geração de receitas.



26 Seguro contra a crise

Apesar das dificuldades presentes no cenário econômico do país, o mercado segurador faz boas projeções para este ano.



25
Sintonia
Fina

30
Educação
Continuada

38
Pingos e
respingos

6 Entrevista

Ana Maria Melo Netto Oliveira, presidente do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro (CRSFN, o "Conselhinho"), faz um balanço dos primeiros meses de vigência do novo Regimento Interno, cujo objetivo é ampliar a governança e conferir maior celeridade aos processos.



34 Avanços do CFC

Criada em dezembro de 2015, a Vice-Presidência de Política Institucional do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) vem estreitando o relacionamento com instituições de classe e órgãos dos poderes Executivo, Legislativo e Judiciário.



44 Perfil

Em memória de Iran Siqueira Lima, ex-presidente da Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (Fipecafi). Conheça a trajetória desse profissional que dedicou 47 anos ao mercado financeiro, à contabilidade, à auditoria e ao magistério.



Maior governança e celeridade no “Conselhinho”



O Conselho de Recursos do Sistema Financeiro (CRSFN), conhecido como “Conselhinho”, conta, desde o início do ano, com um novo Regimento Interno, destinado a ampliar a governança e conferir maior

celeridade aos julgamentos. A expectativa do Ministério da Fazenda é que, com o novo Regimento, o tempo médio para a conclusão de processos caia dos atuais 3,5 anos para um máximo de 15 meses.

Transparência Ibracon entrevistou a presidente do Conselhinho, **Ana Maria Melo Netto Oliveira**, que

faz um balanço dos primeiros meses de vigência do novo Regimento Interno. Ana Maria é membro da carreira de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental desde 2004. Formada em Direito pelo Centro Universitário de Brasília, tem especialização em Direito Público pelo Instituto Brasiliense de Direito Público e é LL.M. (Master of Laws) pela Universidade de Chicago. Ela foi coordenadora geral de Assuntos Jurídicos e diretora do Departamento de Proteção e Defesa Econômica da Secretaria de Direito Econômico do Ministério da Justiça. Hoje, além de presidir o CRSFN, assessora o secretário executivo do Ministério da Fazenda e também preside o Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização (CRSNSP).

Quais foram as principais mudanças trazidas pelo novo Regimento Interno do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro?

O elemento norteador dessas alterações normativas foi a busca de uma governança adequada, com fluxo ágil e equilibrado na tramitação dos recursos, mediante a superação dos gargalos que foram se consolidando ao longo do tempo, de modo a assegurar os objetivos de criação desse órgão colegiado em oferecer decisões que sejam, a um só tempo,

céleres e tomadas por corpo técnico especializado.

Entre as mudanças mais relevantes, deve-se citar, em primeiro lugar, a forma. Anteriormente, o Regimento era aprovado por decreto, diferentemente dos demais órgãos do Ministério, que têm seus regimentos determinados por portaria. A alteração possibilita que eventuais ajustes ou atualizações da norma sejam feitos de modo mais ágil e tempestivo. Outras alterações de destaque são:

✓ Extinção do recurso de ofício;

- ✓ Sorteio do processo para um relator logo após a autuação do recurso no CRSFN;
- ✓ Manifestação escrita da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional apenas quando formalmente requisitada por conselheiro;
- ✓ Prazo peremptório de 180 dias para manifestação escrita da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, decorrido o qual o relator deverá levar o recurso a julgamento tão logo tenha condições de fazê-lo;
- ✓ Edição de súmulas que consubstanciem o entendimento do



CRSFN em assuntos recorrentes;

- ✓ Tramitação prioritária dos recursos das decisões que houverem aplicado penalidade de inabilitação, de qualquer forma de impedimento ou proibição do exercício de cargo;
- ✓ Possibilidade de atuação de representante da autoridade recorrida (BCB, CVM, COAF, SUSEP) na sessão de julgamento, podendo fazer sustentação oral e responder a questionamentos dos conselheiros durante os debates;
- ✓ Possibilidade de sessões virtuais, em determinados casos; e
- ✓ Reforço dos instrumentos de governança para garantir o cumprimento de prazos e de metas.

Por que a aplicação das penalidades de inabilitação, impedimento ou proibição do exercício do cargo requer julgamento mais célere?

A Administração Pública aplica penalidades dessa natureza nos casos de infração grave, nos quais é imperativo que o apenado se afaste da gerência/administração da instituição financeira. Desse ponto de vista, o julgamento do Conselho deve ser célere para impedir que aquele que cometeu infração grave permaneça por um longo tempo à frente da instituição; para que não cometa atos que possam

“A GRAVIDADE DA PENA IMPOSTA, QUE PODE LIMITAR A ATIVIDADE PROFISSIONAL E INTERROMPER A CARREIRA DO JURISDICIONADO, EXIGE RESPOSTA RÁPIDA DO CONSELHO”

resultar em danos ainda maiores para a instituição ou para o sistema financeiro.

Do ponto de vista do jurisdicionado, a gravidade da pena imposta, que pode limitar sua atividade profissional e interromper sua carreira, exige resposta rápida do Conselho. Aquele que recorre quer ter uma solução rápida do caso, para que não seja prejudicado enquanto seu recurso pende de apreciação.

Qual é a importância da extinção da análise do recurso de ofício, em que os casos absolvidos em primeira instância eram automaticamente encaminhados para o CRSFN?

Temos observado, ao longo do tempo, a baixa reversão, pelo Conselho, das decisões que absolveram os indiciados em primeira instância. No ano de 2013, foram julgadas 507 decisões de primeira instância sujeitas ao recurso de ofício. Em 497 casos (98,02%), foi mantido o arquivamento. Outras quatro decisões (0,78%) foram convertidas em multa e seis (1,12%), em advertência. No ano de 2014, de 470 decisões de arquivamento em primeira instância, houve a manutenção em 448 casos (95,32%), com modificação em 22 casos, sendo nove para advertência, 12 para multa e apenas um para inabilitação. À vista desses dados,

entendeu-se que não era razoável onerar o Conselho com a análise dos recursos de ofício, e que seria positivo que o CRSFN se concentrasse no exame dos recursos voluntários.

Qual é a relevância da edição de súmulas com efeito vinculante para os conselheiros?

A súmula tem dois aspectos relevantes. O principal deles é enunciar entendimentos consolidados, de modo a garantir segurança jurídica. O segundo aspecto é de celeridade, porque possibilita que o conselheiro e o Colegiado economizem o tempo de análise, se reportando a entendimentos que já estão sumulados.

Como será o período de transição até a redução do prazo médio de conclusão dos processos?

Nos 12 primeiros meses de vigência do novo regimento, os prazos para o conselheiro e para os procuradores serão contados em dobro. Essa foi uma medida necessária para garantir um tempo de exame adequado, enquanto o estoque de processos ainda é grande.

Faremos um esforço grande de redução do estoque nesse primeiro ano e, por isso, tivemos inclusive a participação dos conselheiros suplentes na distribuição dos processos que aguardavam parecer da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que foi realizada em março. Com isso, o volume de processos a cargo de cada relator ficou mais razoável. Reduzindo substancialmente o estoque no ano de 2016, teremos condições de observar os novos prazos para um número menor de processos remanescentes e



O POTENCIAL LESIVO DE INFRAÇÕES DEVE LEVAR A UM AUMENTO DAS MULTAS

para aqueles que ingressarem a partir do ano que vem.

Qual é o alcance da mudança no regimento que possibilita a representantes do BCB, CVM ou Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) fazer sustentação oral e responder a questionamentos de conselheiros, o que antes era prerrogativa do recorrente e de seu advogado?

Essa alteração cria a possibilidade de que a autoridade recorrida

apresente aos conselheiros as razões e fundamentos de sua decisão.

Em quais casos serão permitidos sessões virtuais de julgamentos?

Isso está expressamente previsto no Regimento (art. 20, §3º). As sessões não presenciais podem ocorrer: nos casos em que a pena imposta for inferior a R\$ 50 mil; quando o recurso tratar de matéria sumulada pelo CRSFN e quando for necessária a realização de sessão extraordinária para apreciar cautelares aplicadas pelo Banco Central.

“FAREMOS UM ESFORÇO GRANDE DE REDUÇÃO DO ESTOQUE DE PROCESSOS NESSE PRIMEIRO ANO”

Qual é o motivo da ampliação do mandato dos conselheiros?

A ampliação dos mandatos dos conselheiros, que passam a ser de três anos, com possibilidade de até duas reconduções, é importante para garantir a estabilidade do CRSFN. Isso se reflete na coerência das decisões, no fortalecimento da jurisprudência, gerando maior segurança jurídica. A grande alternância da composição muitas vezes pode dificultar a consolidação de entendimentos, que é importante para o administrado e para o regulador. As decisões do Conselho têm um caráter didático: orientam o mercado sobre as condutas intoleráveis ou irregulares e instruem o regulador sobre parâmetros importantes para a instrução e sobre a condução do processo administrativo.

A ampliação dos mandatos é, também, uma ferramenta importante para a conquista da celeridade. A maturidade do conselheiro, pelo tempo que ele está em atividade, tem impacto sobre o tempo que leva para julgar os processos. Isso é reflexo da curva de aprendizado, da familiaridade com os temas, com a jurisprudência e com a própria dinâmica de funcionamento do Conselho. Um mandato de dois anos é insuficiente, nesse sentido, porque expira quando o conselheiro está no auge da maturidade e da produtividade.

Quais são as punições previstas para conselheiros que descumprirem prazos e metas?

O rigor com o cumprimento dos prazos e metas é uma alteração importante do Regimento. Existe a possibilidade de perda de mandato do conselheiro que deixar, reiterada e injustificadamente, de cumprir os prazos regimentais e as metas estabelecidas. E essas variáveis, a partir de agora, também serão avaliadas pelo Ministério da Fazenda na decisão sobre a recondução.

Como ficarão os prazos para divulgação das decisões e atas das sessões do CRSFN?

Esses atos, para os quais anteriormente não havia qualquer prazo, agora estão expressamente disciplinados pelo Regimento. A ata de uma sessão é aprovada pelo Colegiado na sessão subsequente. A partir da aprovação, a Secretaria Executiva deve providenciar a divulgação no site do CRSFN em até cinco dias úteis. A partir de agora, não haverá publicação de atas no Diário Oficial da União. As decisões também devem ser publicadas no site do CRSFN em até 30 dias após o recebimento dos votos dos conselheiros pela Secretaria do Conselho. Os conselheiros, por sua

vez, têm prazo de 20 a 30 dias para entregar esses votos. Dessa forma, espera-se que todos os acórdãos estejam publicados no site em, no máximo, 60 dias após a realização do julgamento.

Como a Sra. avalia o impacto da possibilidade de aumento dos valores das multas?

Entendo que essa é uma medida importante para garantir o caráter dissuasório que devem ter as punições aplicadas pela Administração Pública. O teto atual das multas aplicadas às instituições financeiras, de R\$ 250 mil, é, a meu ver, insuficiente para coibir as infrações. Legislações mais recentes, como a Lei de Defesa da Concorrência (Lei nº 12.529/2011), estabeleceram tetos muito mais elevados, em vista da capacidade econômica dos infratores e, também, da gravidade da lesão que esse tipo de conduta causa para o mercado e para a sociedade. Essas características – capacidade econômica e potencial lesivo – também estão presentes nas infrações nos mercados financeiros e de capitais. É importante que isso se reflita no valor da multa aplicada. ✓



Contagem regressiva

EMPRESAS, ENTIDADES E PROFISSIONAIS SE PREPARAM PARA A ENTRADA EM VIGOR NO BRASIL, NO FINAL DO ANO, DO NOVO RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE. COMPANHIAS LISTADAS EM BOLSA SERÃO AS PRIMEIRAS A ADOTÁ-LO.

O Novo Relatório do Auditor Independente (NRA) será implementado no Brasil a partir do final deste ano, inicialmente para as empresas listadas em bolsa. Entre as principais alterações está a exigência de inclusão, no relatório, dos *Key Audit Matters*, ou principais assuntos de auditoria, que deverão expor em detalhes a situação encontrada na empresa sob análise. “A mudança é muito relevante e as companhias devem se preocupar em não deixar para a última hora, o que é perigoso”, alerta Rogério Garcia, diretor Técnico do Ibracon Nacional.

Segundo Alfried Plöger, vice-presidente da Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca), “a introdução do Novo Relatório traz consigo maior responsabilidade, para todas as partes. “O auditor passará a ser um observador/avaliador; deverá tomar cuidado extra quanto às informações que tornará públicas. E o Conselho das empresas terá que analisar esse trabalho de maneira mais detalhada. Não há o que discutir: o Novo Relatório do Auditor veio para ficar. Mas é uma situação nova, complicada para todos. Resta saber se, para muitas empresas, ela não vai representar um elemento de dificuldade no processo de abertura de capital”, conclui Plöger.



ALFRIED PLÖGER



VALDIR COSCODAI



ROGÉRIO GARCIA

“AS COMPANHIAS DEVEM SE PREOCUPAR EM NÃO DEIXAR TUDO PARA A ÚLTIMA HORA, O QUE É PERIGOSO”

A origem

A implantação do NRA foi um desdobramento da demanda por maior transparência na divulgação dos resultados das empresas, após a crise nas grandes corporações norte-americanas e europeias, em 2008. “Até agora, o auditor elaborava o relatório e o entregava ao Comitê de Auditoria da empresa, para então discuti-lo”, diz Valdir Coscodai, membro do Comitê Nacional de Normas Técnicas (CNNT) do Ibracon e que participou do International Auditing and Assurance Standards Board (IAASB). “A partir da implementação do Novo Relatório, os acionistas e o público saberão quais foram os pontos discutidos durante a auditoria”, prossegue.

Segundo Reginaldo Alexandre, presidente da Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento no Mercado de Capitais (Apimec Nacional), “as mudanças a serem trazidas pelo Novo Relatório do Auditor Independente são muito bem-vindas. O relatório terá um novo formato que privilegiará a objetividade, com os assuntos sendo apresentados em ordem decrescente de importância, destacando-se a opinião da auditoria logo nos primeiros parágrafos”. “Além das alterações formais, haverá



REGINALDO ALEXANDRE

modificações de conteúdo, a principal das quais será o destaque dos assuntos centrais de auditoria e de aspectos relacionados a áreas consideradas como de maior risco. São as áreas de ênfase, classificadas assim por envolverem transações de valor significativo, estarem sujeitas a efeitos de julgamento ou apresentarem maiores possibilidades de distorção”, diz. “O auditor terá que especificar a razão pela qual o assunto foi considerado relevante e como o tratou.”

“Para atender plenamente às expectativas e não vê-las depois transformadas em frustração”,



ZULMIR BRED A

“OS AUDITORES DEVERÃO SER ESPECIALMENTE CUIDADOSOS EM RELAÇÃO ÀS ÁREAS DE ÊNFASE”

prossegue Reginaldo Alexandre, “os auditores – assim como os preparadores e gestores – deverão ser especialmente cuidadosos em relação às áreas de ênfase. Os relatórios não deverão se ater a generalidades que nada digam, mas, efetivamente, destacar os assuntos e riscos mais relevantes discutidos com os órgãos de controle tratados nos processos de auditoria das companhias”, finaliza.

“Os investidores e outros usuários serão beneficiados com informações que, antes, não eram de conhecimento público”, completa Zulmir Ivânio Breda, vice-presidente Técnico do Conselho Federal de Contabilidade (CFC). “Os usuários dos relatórios de auditores e das respectivas demonstrações contábeis passarão a contar com um relatório de auditoria mais informativo, propiciando maior transparência. Isso aumentará a credibilidade das demonstrações contábeis e do próprio trabalho do auditor independente”, prossegue Breda.

A introdução do NRA, destaca o coordenador do CNNT do Ibracon, Rogério Mota, demanda um grande esforço de esclarecimento e de capacitação profissional. “Há muitas dúvidas, que começam pela própria definição do que são empresas listadas em bolsa e prosseguem pelas novas responsabilidades do auditor e pela forma de interação com os órgãos



ROGÉRIO MOTA

reguladores. Não por acaso, as entidades que representam a auditoria e, acima de tudo, o Ibracon, vêm investindo em seminários, workshops e cursos”, conclui.

Ibracon em ação

O Ibracon tem promovido e participado ativamente de diversas atividades desenvolvidas, visando à preparação para a introdução do NRA. Assim, a 5ª Seção Regional do Instituto realizou, em maio, curso sobre o tema, tendo à frente a coordenadora do Comitê de Normas de Auditoria (CNA) do Ibracon, Patrícia Agostinetto. Ao lado do ex-coordenador do Comitê, Claudio Longo, Patrícia também proferiu palestra na Câmara dos Auditores Independentes (Caind), mantida pela 5ª Seção Regional, no mesmo mês.

Em abril, o Ibracon participou de workshop sobre o NRA, realizado pela revista *Capital Aberto*. Em maio, também para abordar o tema, participou do 18º Congresso da Anefac e do 54º Encontro de Conselheiros do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC). ✓

445

anos

A voz e a face da auditoria independente no Brasil



Foco no essencial e atenção aos associados

GRUPOS DE TRABALHO DO IBRACON DEFINEM PRIORIDADES E PROJETAM DISSEMINAÇÃO MAIS EFICIENTE DE CONHECIMENTOS PARA OS ASSOCIADOS

Os Grupos de Trabalho (GTs) do Ibracon estão atuando sob duas grandes linhas mestras, com a finalidade de potencializar resultados em benefício dos profissionais da Contabilidade. A primeira diretriz é estabelecer um planejamento anual, destinado a identificar os focos de atuação para o período. “O objetivo é estabelecer uma visão centralizada das ações dos GTs, de forma a estimar sua influência sobre o planejamento global do Ibracon”, explica Rogério Garcia, diretor Técnico do Instituto. Para ele, “isso nos permite priorizar o trabalho de acordo com os temas mais relevantes para o mercado, e potencializar os recursos, não dissipando energias em assuntos que aparecem no dia a dia mas que podem ter relevância apenas de momento”.

Esse esforço deverá conduzir à confecção de uma agenda comum entre os GTs e a Comissão Nacional de Normas Técnicas (CNNT), mantida pelo Ibracon. “Nosso trabalho certamente facilitará o contato com outras entidades representativas e órgãos reguladores, observa Rogério Motta, coordenador da CNNT, que reúne especialistas em temas tributários.

A segunda diretriz do trabalho dos GTs é assegurar a disseminação mais eficiente das informações e dos conhecimentos produzidos para todos os associados. “O planejamento anual facilita muito essa iniciativa”, comenta Rogério Garcia. “É assim que poderemos identificar aquilo que é mais relevante para os

associados do Ibracon e, em consequência, aplicar as melhores ferramentas para assegurar o fluxo das informações produzidas nos GTs”, conta.

Temas fundamentais

Rogério Motta e Rogério Garcia identificam a adoção do Novo Relatório do Auditor (NRA) como um dos temas mais relevantes em debate para este ano, dentro dos GTs. Com destaque para a revisão das novas e revisadas normas do NRA. “O assunto é essencial por conta do impacto que terá sobre o mercado e sobre o exercício da auditoria, sempre lembrando que ele deverá ser aplicado no exercício que termina em 31 de dezembro de 2016”, explica o diretor Rogério Garcia. “Estamos trabalhando firme junto com o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), para garantir que tudo esteja pronto dentro dos prazos”, prossegue.

Rogério Motta, da CNNT, destaca os diversos temas relevantes associados ao NRA que estão em debate nos Grupos de Trabalho, “desde a revisão da tradução até a interpretação a quem se aplica a nova seção com os Principais Assuntos de Auditoria”. Ele também salienta o esforço que vem sendo feito para divulgar esse trabalho junto aos associados do Ibracon. “A ideia é compartilhar com o conjunto dos associados visões sobre os assuntos mais importantes vinculados ao NRA, como o detalhamento do trabalho do auditor, sua responsabilidade final e a interação com os entes reguladores, além da definição do que são *listed entities*”, afirma.

Rogério Garcia elenca, ainda, como temas centrais na pauta dos GTs do Ibracon neste ano, a Norma sobre Instrumentos Financeiros (IFRS 9), a Norma sobre o Reconhecimento de Receitas de Contratos com Clientes (IFRS 15) e a Norma sobre Leasing (IFRS 16).



ROGÉRIO GARCIA

“O OBJETIVO É IDENTIFICAR O QUE É MAIS RELEVANTE PARA OS ASSOCIADOS DO IBRACON”



ROGÉRIO MOTTA

“NOSSO TRABALHO FACILITARÁ O CONTATO COM OUTRAS ENTIDADES ATUANTES NO MERCADO”

Garcia destaca, ainda, o trabalho dos GTs do Ibracon sobre temas associados a segmentos econômicos específicos, como as demonstrações contábeis regulatórias do setor de energia elétrica, que sofreram impactos bastante significativos.

Ação internacional

Os Grupos de Trabalho do Ibracon também desenvolvem um trabalho cotidiano de relacionamento com entidades internacionais, que tem forte desdobramento sobre o exercício da auditoria no Brasil. “São comentários e análises sobre *drafts* e outros documentos elaborados por organizações como a International Federation of Accountants (IFAC), que emite as normas internacionais de auditoria independente, ou o International Accountant Standards Board (IASB), responsável pelas normas internacionais de contabilidade”, explica Rogério Garcia.

“É fundamental, para nós, participar do debate sobre os temas levantados porque podemos conseguir incluir o ponto de vista do mercado brasileiro na definição de normas internacionais”, conclui.

A área Técnica do Ibracon interage com demais áreas do Instituto, principalmente com as de Desenvolvimento Profissional e Comunicação, com o objetivo de tratar dos temas emergentes em Educação Profissional Continuada, e comunicação com os associados e com o mercado. ✓

GRUPOS DE TRABALHO EM ATIVIDADE NO IBRACON

GT INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS

GT SEGURADORAS

GT PREVIDÊNCIA PRIVADA

GT ENERGIA ELÉTRICA

GR AGRIBUSINESS

GT CAPITAL MARKETS

GT ÉTICA

GT FUNDOS DE INVESTIMENTOS

GT INCORPORADORAS

GT FIRMAS DE AUDITORIA DE PEQUENO E MÉDIO PORTES

GT MULTIDISCIPLINAR

GT TELECOMUNICAÇÕES

GT TAX





Ação conjunta



INICIATIVA PARA NEUTRALIZAR OS IMPACTOS TRIBUTÁRIOS DA IFRS 15 AGLUTINA O FISCO, EMPRESAS E A CONTABILIDADE

A Receita Federal do Brasil e entidades representativas da iniciativa pública e privada e da contabilidade vêm debatendo, em conjunto com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), formas de superar as dificuldades de implementação da norma IFRS 15 – Norma para o Reconhecimento de Receitas de Contratos com Clientes, que deverá se transformar no pronunciamento CPC 47. O objetivo da norma é assegurar maior transparência na avaliação do desempenho das empresas, em especial no que se refere à geração de receitas.

“O tom das reuniões tem sido muito colaborativo; não há ‘nós’ e ‘eles’, mas um desejo de avaliar em

profundidade os impactos e neutralizar o efeito tributário da IFRS 15”, observa Alfried Plöger, vice-presidente da Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca) e participante do CPC desde sua criação, em 2005.

“Nossa avaliação é que ainda estamos no início dos trabalhos relativos à compreensão das alterações de métodos e critérios contábeis propostas pela IFRS 15”, observa Claudia Pimentel, responsável pela Coordenação de Tributos sobre a Renda, Patrimônio e Operações Financeiras da Receita Federal (Cotir). “É fundamental esse conhecimento para que possamos verificar os impactos tributários da norma, que envolve não só o Imposto sobre a Renda (IR) e a Contribuição Social sobre



ALFRIED PLÖGER

o Lucro Líquido (CSLL), mas, também, as contribuições sociais para o PIS e a Cofins”, prossegue.

“A IFRS 15 é uma norma de alta complexidade”, comenta Alfred Plöger. “Ela prevê, entre outros itens, que a mercadoria ou serviço só sejam faturados no momento de entrega. Isso pode gerar sérios problemas, por exemplo, em regiões em que seja difícil obter o comprovante de entrega; ou nas exportações, já que o embarque acontece em um determinado mês, mas a chegada é muito posterior. Sem esquecer o problema de empresas de setores como os energia elétrica e telecomunicações, que têm milhões

de clientes; é quase impraticável obter o comprovante de cada um deles”, complementa.

Para Eliseu Martins, professor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo (FEA/USP), que integra o Conselho Consultivo da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), “trata-se de uma situação delicada, já que muitas empresas não terão qualquer alteração em suas rotinas com a entrada em vigor da IFRS 15. Outras, no entanto, terão que investir até mesmo em TI e em sistemas, para se adequarem às novas exigências. Nossa expectativa é de que a Receita Federal se oriente pela justiça tributária”, diz.

“O TOM DAS REUNIÕES TEM SIDO MUITO COLABORATIVO”

“A IFRS não é clara e objetiva”, comenta Claudia Pimentel. “Isso dificulta em muito a sua adoção para fins tributários, já que a Receita Federal tem sempre que agir nos limites da estrita legalidade. Há, também, várias situações que revelam graus relevantes de subjetividade na aplicação da norma contábil. Embora isso seja aceitável para fins societários, não pode ser admitido com a finalidade de determinação da base de cálculo de tributos”, explica a coordenadora da Cotir.

“É notável o consenso que existe entre a Receita, as entidades empresariais e da classe contábil,

“HÁ UM CONSENSO EM TRABALHAR PARA REDUZIR AS INCERTEZAS DO MERCADO”



ELISEU MARTINS



CLAUDIA PIMENTEL

em trabalhar para reduzir as incertezas do mercado, no que se refere à aplicação da IFRS 15”, avalia Eliseu Martins. Alfried Plöger, da Abrasca, concorda. “A Receita Federal adotou uma postura de antecipar problemas, sugeriu a formação de um comitê para atuar junto com o CPC e está envolvendo técnicos de alto nível no projeto.”

A partir de 2014, narra Claudia Pimentel, “a Secretaria da Receita Federal passou a acompanhar de forma mais atenta todas as futuras alterações em métodos e critérios contábeis, com o objetivo de facilitar, para os contribuintes e para o Fisco, a aplicação do artigo 58 da Lei 12.973.

“A RECEITA FEDERAL PASSOU A ACOMPANHAR DE FORMA MAIS ATENTA TODAS AS FUTURAS ALTERAÇÕES EM MÉTODOS E CRITÉRIOS CONTÁBEIS”

No caso específico da IFRS 15, há um grupo dentro da receita, avaliando seus impactos.

Prazos

Já foram realizadas três reuniões entre representantes da Receita, de entidades empresariais e da contabilidade, para estimar os impactos da IFRS 15. Ainda deverão acontecer diversas audiências públicas e o cronograma de trabalho prevê que a avaliação termine até setembro, porque a norma entrará em vigor em 2018, mas estabelecerá comparações com os resultados do ano anterior. “É muito importante que as empresas estejam preparadas desde já”, alerta Alfried Plöger. ✓

Artigo 58 da Lei nº 12.973 de 13 de Maio de 2014

Art. 58. A modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta Lei, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria.

Parágrafo único. Para fins do disposto no *caput*, compete à Secretaria da Receita Federal do Brasil, no âmbito de suas atribuições, identificar os atos administrativos e dispor sobre os procedimentos para anular os efeitos desses atos sobre a apuração dos tributos federais.



Demanda por maior transparência

ikomacolor/Shutterstock

CRISE E PRESSÃO POR MAIOR TRANSPARÊNCIA FACILITAM CONVERGÊNCIA DO BRASIL ÀS IPSAS – NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE PÚBLICA

O difícil momento político pelo qual o Brasil vem passando traz consigo fortes demandas por maior transparência na gestão pública. Assim, o ambiente geral acaba por colaborar com o processo de convergência do Brasil às Normas Internacionais de Contabilidade do Setor Público (International Public Sector Accounting Standard ou IPSAS).

“O movimento do setor público em direção à maior transparência é notável”, diz Leonardo Silveira, coordenador-geral de Normas de Contabilidade Aplicadas à Federação Brasileira, da Secretaria do Tesouro Nacional (STN). Ele lembra que a implantação do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP) e das Demonstrações de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (DCASP) é obrigatória para todos os entes a partir de 2015, conforme a Portaria STN 634/2013.

“Acreditamos que grande parte dos entes públicos da Federação enviou os dados, já que, a partir deste exercício, o Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro (Siconfi) só coleta informações segundo o padrão PCASP/DCASP”, afirma Silveira. “Mas somente um trabalho de auditoria mais aprofundado pode concluir se houve ou não a implantação completa dos procedimentos. E isso cabe aos Tribunais de Contas”, diz.

Ele também representa o Brasil no International Public Sector Accounting Standards Board (IPSASB), organismo da Federação Internacional dos Contadores (International Federation of Accountants, IFAC).

O processo de convergência do Brasil às IPSAS começou em 2008, por meio de parceria entre o Ministério da Fazenda/STN e o Conselho Federal de Contabilidade (CFC). “Naquele ano foram editadas as primeiras dez normas para o setor, num esforço de modernizar a contabilidade pública no Brasil”, observa o vice-presidente Técnico do CFC, Zulmir Breda. “Sete anos depois, esse processo teve novo impulso, com a criação de um Comitê de Convergência, do qual o Ibracon faz parte, para acelerar os trabalhos”, prossegue.

O Brasil representa uma experiência peculiar, em termos mundiais, no que se refere à implantação das IPSAS. Isso porque a grande maioria dos países adota as normas internacionais somente no nível de governo central ou então em um estado ou município. Até agora o Brasil é o único país que segue a estratégia de implantar as IPSAS em todos os níveis do Poder Público (União, estados e Distrito Federal, e municípios). Essa decisão foi adotada diante da necessidade de consolidar as contas públicas de acordo com o previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal.

No mundo

A IFAC vem empreendendo esforços para ampliar a adoção das IPSAS em todo o mundo. Cerca de 70 países já implementaram as normas. Na América Latina, Peru e Equador têm planos de convergência. O caso mais recente é o do Chile, que deverá implantar as IPSAS até 2020.

O CFC projeta convergir ainda este ano cinco IPSAS e a estrutura conceitual das normas internacionais em Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBC TSP). Outras 13 normas IPSAS deverão ser adotadas até o final de 2018 e as demais 14 IPSAS, até 2022. A Secretaria do Tesouro Nacional, órgão normatizador da consolidação das contas nacionais, prevê inserir as NBC TSP nas próximas edições do *Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público* (MCASP), editado inicialmente em 2010.

Os processos de implantação das IPSAS são observados de perto por diversos organismos internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Organização Internacional de Entidades Fiscalizadoras Superiores (Intosai/International Organization of Supreme Audit Institutions).

“Com as novas demonstrações, agregamos informações contábeis-patrimoniais à informação orçamentária, que era, até então, o único foco da contabilidade pública”, comenta Leonardo Silveira, da STN. “A partir da convergência, os governos terão, pela contabilidade, um panorama de todos os seus bens, direitos e obrigações, independentemente de elas transitarem ou não pelo orçamento público. Muitas das decisões de política fiscal devem observar aspectos intertemporais e, ao agregar

informações sob a base de competência, o gestor consegue realizar projeções mais seguras. Há um plano de implantação em curso (Portaria STN nº 548/2015) e, quando for concluído, poderemos fazer projeções com base na arrecadação futura, nas obrigações assumidas por vários



ZULMIR BREDA



LEONARDO SILVEIRA

O BRASIL REPRESENTA UMA EXPERIÊNCIA ÚNICA NO MUNDO EM CONVERGÊNCIA ÀS IPSAS



exercícios. No foco anterior só tínhamos as obrigações por exercício segundo o princípio da anualidade orçamentária”, diz.

Para Silveira, “esse avanço da transparência é muito importante também para o mercado. As agências de classificação de risco, por exemplo, observam sempre o grau de transparência das contas públicas como forma de analisar a capacidade de pagamento dos países. E isso tem efeito direto sobre a disposição dos investidores”, diz.

“Em diversos países desenvolvidos, como Austrália, Nova Zelândia e Suíça, foram observados grandes avanços e registrou-se um reflexo inequívoco na gestão das finanças públicas com a convergência às normas internacionais. Isso demonstra que os benefícios superam em muito os custos associados à implantação”, conclui Leonardo Silveira. ✓

Olho na rede

IBRACON LANÇA OS TRÊS PRIMEIROS CURSOS A DISTÂNCIA COM O OBJETIVO DE AMPLIAR O ACESSO DOS PROFISSIONAIS DA CONTABILIDADE

O Ibracon colocou à disposição dos interessados os primeiros três cursos a distância, primeiro passo para a migração de todo o conteúdo curricular produzido pelo Instituto, importante para ampliar o acesso dos profissionais da Contabilidade às suas atividades de Educação Profissional Continuada. Os cursos que já podem ser acessados pelo site do Ibracon são *Contabilidade para empresas construtoras*, *Auditoria para não auditores* e *IFRS 15*.

“Priorizamos os cursos que têm relação com as prioridades estratégicas do Ibracon neste período e iremos agregando conteúdo, pouco a pouco”, diz o diretor de Desenvolvimento Profissional do Ibracon Nacional, Carlos Sousa. Segundo ele, os cursos *on line* são uma ferramenta fundamental neste momento de extensão das exigências de formação continuada para parcelas mais amplas da categoria contábil. “O profissional agora não depende de horários nem de deslocamentos para garantir sua carga horária anual de formação”, diz.

“Mais além das exigências regulatórias, a educação está no DNA do Ibracon, que tem entre suas prioridades a capacitação

de um número cada vez maior de profissionais, de maneira a fazer frente às novas necessidades da contabilidade e da auditoria. E o ensino a distância nos permite alcançar de forma mais ampla os profissionais que trabalham em regiões distantes dos grandes centros”, comenta Sousa.



CARLOS SOUSA

O Ibracon conta com uma plataforma Moodle exclusiva de educação a distância e o próximo curso a ser lançado em formato *on line* deverá tratar do *Novo Relatório do Auditor*. ✓





Manual para Trabalhos de Auditoria de Menor Complexidade

O Ibracon disponibiliza aos seus associados os primeiros módulos do *Manual para Trabalhos de Auditoria de Menor Complexidade*, voltado principalmente às Firms de Auditoria de Pequeno e Médio Portes (FAPMP). O Manual aborda as principais etapas e os principais conceitos de auditoria, em consonância com as normas internacionais e brasileiras de auditoria. Estão incluídos no Manual assuntos relativos à aceitação, planejamento, procedimentos para análise de risco de distorção relevante, afirmações, procedimentos de auditoria para responder aos riscos identificados, materialidade, áreas específicas, requerimentos de documentação, avaliação de evidências obtidas, formação de opinião sobre demonstrações contábeis e controle de qualidade.

Novo Relatório do Auditor Independente

O Ibracon emitiu em maio um comunicado com orientações sobre o Novo Relatório do Auditor Independente. O atual relatório será alterado na forma e conteúdo em razão das demandas dos usuários, para que o documento seja mais informativo e contemple informações relevantes relacionadas ao processo de auditoria conduzido.

Resposta ao CFC

O Ibracon enviou resposta à audiência pública do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) que trata da responsabilidade do auditor em relação a outras informações. A NBC TA 720 aborda as responsabilidades do auditor relacionadas com outras informações, sejam elas financeiras ou não financeiras (que não as demonstrações contábeis e o relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis), incluídas no relatório anual da entidade. O prazo para envio de contribuições dos usuários se encerra dia 24 de junho.

Ibracon divulga circular sobre a RN nº 400 da ANS

O Ibracon, de forma proativa, tem procurado a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) para tratar da Resolução Normativa (RN) ANS nº 400, no que diz respeito à auditoria independente nas operadoras de planos de saúde. No início de maio, representantes do Ibracon e da ANS discutiram vários aspectos da RN nº 400. Considerando os pontos levantados pelo Ibracon, a ANS informou que está elaborando uma cartilha, na qual fará esclarecimentos sobre a resolução em pauta, incluindo o tema do rodízio de auditores independentes e o prazo para a realização do primeiro rodízio. Tal encaminhamento dado pela ANS reforça o papel do Ibracon como um importante porta-voz da auditoria independente do Brasil.

Comissão acata sugestões para novo Código Tributário

A Comissão dos Juristas pela Desburocratização (CJD), do Senado Federal, concluiu proposta que altera o Código Tributário, acatando sugestões da Fenacon em parceria com a Federação Brasileira de Contabilidade (FBC), o Ibracon e o Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Entre as propostas acatadas estão a de elaboração de lei para instituição de obrigações acessórias e o fim da exigência de obrigação criada ou ampliada após 30 de junho do mesmo exercício; a adoção do CNPJ como cadastro único para administração tributária da União, estados e municípios; o tratamento simplificado às micro e pequenas empresas; mudanças no Processo Administrativo Fiscal; integração das bases de dados entre órgãos de governo de todos os entes federativos; proibição de exigência ao cidadão de dados que já estejam em poder do governo; o fornecimento de certidão de situação fiscal em até 24 horas; e a proibição da exigência de documentação que exceda os requisitos indispensáveis à inscrição ou cancelamento de pessoa jurídica relevantes e de forma clara.

Orientação para emissão de relatório sobre asseguarção razoável – Ibracon divulga CT 01/2016

O Diário Oficial da União publicou em 24 de março a Norma Brasileira de Contabilidade – Comunicado Técnico CTO 02, do CFC – sobre orientação aos auditores independentes para emissão de relatório de asseguarção razoável sobre informações financeiras *pro forma* elaboradas para cumprimento do Art. 7º da Instrução CVM nº 565, de 15 de junho de 2015. O item 3 do Comunicado transcreve os artigos 6º, 7º e 10º desta instrução CVM, na qual se indica que as demonstrações contábeis devem ser auditadas por auditor independente registrado na CVM e também submetidas à asseguarção razoável por auditor independente, registrado na CVM. O Ibracon emitiu em 17 de março o Comunicado Técnico 01/2016 com orientação aos auditores independentes para emissão de asseguarção razoável sobre informações financeiras *pro forma* preparadas para cumprimento do Art. 7º da Instrução nº 565.

As contribuições citadas estão disponíveis no Portal Ibracon, na área restrita aos associados.

Seguro contra a crise

MESMO COM INSTABILIDADE ECONÔMICA,
MERCADO SEGURADOR BRASILEIRO APOSTA EM
UM ANO POSITIVO

Ainda que a economia brasileira esteja passando por momentos de grande turbulência, o mercado nacional de seguros está confiante em um bom 2016. A Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNseg) projeta crescimento do setor entre 8% e 10% em relação ao ano passado. Porém, para que essa expectativa realmente se traduza em expansão, há muitos desafios a superar.

Roberto Paulo Kenedi, coordenador do Grupo de Trabalho Seguradoras do Ibracon - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, lembra que as variáveis macroeconômicas afetam diretamente o mercado segurador.

“Nos últimos anos, o setor experimentou um crescimento importante, acompanhando a tendência de prosperidade da economia nacional. O mercado, agora, experimenta a queda do poder aquisitivo da população. Indicadores como as altas da inflação e da taxa de desemprego trazem a necessidade de redução de custos por parte do consumidor que, sem recursos, pode ter que inserir o seguro em sua lista de cortes, trazendo grandes desafios para todo o setor”, diz.

A avaliação é compartilhada pelo diretor-geral executivo da CNseg, Marco Antonio da Silva Barros, que, entretanto, se mostra otimista, tomando como exemplo a grande resiliência do mercado segurador aos ciclos econômicos, ao longo dos anos. Em sua visão, 2016 e o próximo ano “serão períodos em que o crescimento de prêmios deverá ficar pouco acima da inflação e o aumento da rentabilidade do negócio terá de vir basicamente de uma maior eficiência operacional”.

Para alcançar essa eficiência operacional, Roberto Paulo Kenedi ressalta a importância do aprimoramento e da qualidade do serviço prestado. “A preocupação deve ser permanente, já que o cliente representa um ativo absolutamente relevante em qualquer empresa. E um

Divulgação



ROBERTO PAULO KENEDI

UM MERCADO SEGURADOR VIVE UM MOMENTO DE AVANÇO E TAMBÉM DE DESAFIOS

cliente satisfeito e fidelizado desempenha uma garantia e uma proteção ainda maiores à empresa em momentos de crise”, afirma.

Nesse sentido, o coordenador do GT Seguradoras do Ibracon acredita que o mercado nacional vive um processo contínuo de evolução. Segundo ele, todos os atores envolvidos vêm desempenhando seu papel de forma adequada, o que explica a constante evolução do segmento. “Há uma crescente consciência por parte das companhias seguradoras, bem como das entidades representativas de classe, que estimulam seus participantes a buscar essa eficiência. O mesmo acontece com os órgãos reguladores, que estão extremamente preocupados não apenas com a solvência do mercado, como também com uma prestação de serviços que atenda, com qualidade, a seus segurados”, diz Kenedi.

Mais do que qualidade

Para se manter seguro contra a instabilidade econômica no Brasil e seguir na rota da expansão, os desafios apontados para o mercado segurador vão além da qualidade do serviço prestado.

A difusão da cultura do seguro é um item a ser trabalhado fortemente no país. Marco Antonio Barros acredita que o “entendimento da importância do seguro e a penetração desse produto são ainda muito baixos em nossa sociedade.”

Roberto Kenedi concorda e destaca que, “ao comparar o mercado segurador brasileiro em relação à sua representatividade no Produto Interno Bruto (PIB), percebemos que há bastante espaço para a expansão do segmento”. Ele explica que, até pouco tempo atrás, o brasileiro tinha uma mentalidade muito mais condicionada ao seguro de dano, restringindo seu investimento a itens como os seguros de automóveis.

“Essa cultura só foi ampliada com a crise do setor de saúde, quando o seguro saúde deixou de ser um item acessório e passou a ser totalmente necessário. Agora, é preciso dar os próximos passos em termos de contratação de seguros. Há, por exemplo, o seguro residencial, que ainda hoje é pouco contratado. Para essa mudança acontecer, é preciso que o brasileiro desenvolva uma visão de longo prazo e de costume de proteção”, afirma Kenedi.

A expansão dos nichos de atuação pode contribuir de maneira importante no processo



MARCO ANTONIO BARROS

O MERCADO DE SEGUROS TEM UM PAPEL DE PROTAGONISTA NA RETOMADA DO CRESCIMENTO ECONÔMICO

de difusão da cultura de seguro. “Há várias possibilidades”, diz Barros, da CNseg. Os seguros de vida individuais têm muito espaço, assim como os seguros educacionais. A capitalização, dependendo de novo marco

regulatório, poderá deslançar, por exemplo, na modalidade de incentivo. E, com ajustes na legislação atual, produtos de saúde suplementar direcionados a riscos específicos também poderão crescer com vigor”, observa.

Inovação, outro vetor de crescimento

A visão otimista do mercado e a projeção positiva feita pela CNseg para este ano são igualmente observadas no recente estudo elaborado pela Ernst & Young (EY), sobre as perspectivas do mercado segurador latino-americano para 2016. A análise aponta a inovação como ferramenta essencial para o caminho de crescimento do setor e convida as empresas a repensarem suas estratégias, processos e serviços, com maior flexibilidade e mais eficiência para atrair e atender às necessidades de novos públicos, como os jovens e a classe média em ascensão.

Para o diretor da CNseg, de fato, o setor está maduro para as mudanças. "O mercado segurador tem buscado a inovação, quer seja com o lançamento de novos produtos, com a adaptação de produtos existentes, com a utilização de novos canais de vendas, ou ainda com a oferta de serviços agregados à contratação do seguro", diz Barros, apontando que o desafio é estar preparado para atender a públicos distintos nas mais diversas plataformas.

Esse, inclusive, é um dos pontos destacados no estudo, quando trata do poder da transformação digital. O crescimento do *e-commerce* e a mudança das necessidades do consumidor do mercado de seguros trazem às seguradoras a exigência de adaptação, com o uso de novas tecnologias digitais e de mídias sociais. São canais que criam maior capacidade de resposta junto não só aos clientes como também aos órgãos reguladores, e que levam as empresas a modelos operacionais inovadores, online, a partir de

O BRASIL AINDA ENGATINHA EM CERTOS NICHOS DE MERCADO, COMO O DE SEGURO DE RESPONSABILIDADE AMBIENTAL

plataformas capazes de capturar, analisar e executar dados e conversas com clientes em tempo real. Companhias que saibam se aproveitar dessa transformação digital poderão entender melhor o comportamento dos clientes e realizar uma comunicação de duas vias, com a possibilidade de falar e também de ouvir o segurado, o que se traduzirá em abordagens cada vez mais personalizadas.


O estudo também cita a necessidade de inovação na cobertura de seguros, bem como na sofisticação dos serviços. Menciona a tendência de crescimento da modalidade de seguro sobre a responsabilidade ambiental para empresas que atuam sob risco de causar danos ao meio ambiente. Um nicho de mercado ainda não muito amplo no Brasil, com o serviço sendo oferecido por poucas companhias.

A análise revela a importância de as companhias seguradoras investirem no aprimoramento dos modelos de previsão de risco de catástrofes e danos ao meio ambiente, com mais planejamento e captação de dados, além de modelos de risco em tempo real para analisar as ameaças relacionadas a possíveis desastres ambientais.

Sob o aspecto técnico, a inovação também passa pela forma de se acompanhar as mudanças

regulatórias. A análise da EY destaca que mais do que se manterem atualizadas, as seguradoras devem participar ativamente, buscando cooperar com órgãos governamentais e de representatividade de classe, o que garantirá um desenvolvimento mais acelerado e mais consistente, no que diz respeito à regulação do mercado de seguros.

O estudo, por fim, ressalta que maior transparência, disponibilidade e agilidade no serviço também serão essenciais para que o mercado esteja efetivamente seguro contra a crise. A conclusão é de que o segmento ainda guarda grandes oportunidades para aumentar a penetração e que a melhora na gestão de sinistros, o uso das novas tecnologias e a capacidade de reengenharia de processos para alcançar maior eficiência são ferramentas valiosas para conduzir o mercado segurador brasileiro além das instabilidades da economia.

Marco Antonio Barros concorda e conclui, confiante: "o mercado de seguros tem um papel de protagonista a desempenhar na retomada do crescimento econômico. Essa não foi a primeira e nem será a última crise que atravessaremos. Temos que estar atentos às oportunidades que aparecerão, aprimorar o que for necessário e nos preparar para um novo ciclo virtuoso que logo virá". 

Balanço positivo da extensão do PEPC



ENTIDADES CONTÁBEIS ELOGIAM PRIMEIROS RESULTADOS DA NORMA QUE EXPANDIU EXIGÊNCIA DE ATUALIZAÇÃO A NOVOS SEGMENTOS DA PROFISSÃO

Desde o início do ano, os contadores e técnicos responsáveis pelas demonstrações contábeis ou ainda que exercem funções de gerência/chefia no processo de elaboração das demonstrações das empresas sujeitas à contratação de auditoria independente pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), pelo Banco Central (BCB) e pela Superintendência de Seguros Privados (Susep), ou consideradas de grande porte – nos termos da Lei nº 11.638/2007 –, passaram a ser obrigados a cumprir o Programa de Educação Profissional Continuada (PEPC). A diretriz também se aplica a todos os profissionais que exercem atividades de auditoria independente.

Todos devem alcançar um mínimo de 40 pontos por ano-calendário em atividades programadas, formais e reconhecidas. São cursos, palestras, seminários, convenções e outras atividades, presenciais e a distância, realizadas por capacitadoras, isto é, instituições ou empresas credenciadas pelo sistema CFC/CRCs, visando a manter, atualizar e expandir conhecimentos, competências técnicas, habilidades multidisciplinares, relacionamentos e padrões éticos. Os participantes prestarão conta dessas atividades no período de 1º a 31 de janeiro de 2017.

Para o vice-presidente de Desenvolvimento Profissional do Conselho Regional de Contabilidade de São Paulo (CRCSP), José Aparecido Maion, “o próprio profissional deve escolher qual é a melhor forma de se manter *up to date* em sua área de atuação”. “A transformação da sociedade e dos meios de comunicação, o avanço das tecnologias e das ferramentas de acesso à educação são uma tendência irreversível – daí o avanço da educação a distância”, complementa.

A nova regra de EPC, estabelecida pela Norma Brasileira de Contabilidade (NBC) PG 12, tem o objetivo de manter os profissionais atualizados em busca de maior transparência e da prestação de contas mais eficiente ao mercado. Seis meses após a entrada em vigor da



NELSON ZAFRA

“NOSSO PRINCIPAL DESAFIO, AGORA, É AUMENTAR O CREDENCIAMENTO DE CURSOS”



“O PRÓPRIO PROFISSIONAL DEVE ESCOLHER A MELHOR FORMA DE SE MANTER UP TO DATE EM SUA ÁREA DE ATUAÇÃO”

NBC PG 12, o balanço do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) é positivo. “Estender a obrigatoriedade da educação continuada a um novo segmento da classe contábil faz com que um número maior de profissionais estejam constantemente atualizados, possibilitando a expansão do conhecimento, das competências técnicas e profissionais e das habilidades multidisciplinares, assim como a elevação do comportamento social, moral e ético, como características indispensáveis à qualidade dos serviços prestados e ao pleno atendimento das normas que regem o exercício da profissão”, afirma Nelson Zafra, vice-presidente de Desenvolvimento Profissional do CFC.

O representante do CFC destaca que a norma vem sendo atualizada periodicamente; evolui a cada edição. E que, com a inclusão dos responsáveis técnicos, pensou-se



JOSÉ APARECIDO MAION

não apenas nos preparadores, mas nas equipes que participam da elaboração e da apresentação de demonstrações contábeis. “Todo esse trabalho tem como objetivo fazer com que o Brasil siga, também na área de EPC, as recomendações dos organismos internacionais – no caso, da IFAC, a Federação Internacional dos Contadores –, responsável pelas normas globais sobre educação da profissão contábil”, diz Nelson Zafra.

Em diversos estados brasileiros, os CRCs vêm promovendo encontros com dirigentes de empresas consideradas de grande porte, conforme a Lei 11.638/2007, visando a divulgar a NBC PG 12 e informar as atividades válidas para fins da

EPC. “Estamos contando com a participação e o apoio das entidades representativas e das companhias de grande porte, o que é fundamental para o processo e demonstra que as empresas também reconhecem os benefícios de contar com profissionais atualizados nos diversos temas da profissão para melhorar a qualidade das demonstrações contábeis”, diz Nelson Zafra. “Nosso principal desafio, agora, é aumentar o credenciamento de cursos, visando à maior variedade de temas”, conclui. O Conselho Federal de Contabilidade credenciou 1.124 cursos apenas nos primeiros meses de 2016 e projeta que mais de cinco mil profissionais tomem parte do PEPC neste primeiro ciclo. ✓

Ibracon promove a 6ª Conferência Brasileira de Contabilidade e Auditoria Independente



IDÉSIO COELHO



JOSÉ MARTONIO COELHO



JAMES GUNN



LEWIS FERGUSON



MAREK GRABOWSKI



AMARO GOMES

O Ibracon – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil promove a 6ª Conferência Brasileira de Contabilidade e Auditoria Independente, entre os dias 13 e 14 de junho, no Theatro Net, em São Paulo.

O evento será inaugurado pelo presidente do Ibracon, Idésio Coelho, e pelo presidente do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), José Martonio Alves Coelho.

A expectativa do Ibracon é de público recorde. Pela primeira vez, a Conferência contará com um aplicativo exclusivo, oferecendo toda a programação e informações sobre a Conferência. O aplicativo *Ibracon Eventos* também permitirá que o participante elabore e envie questões aos painelistas.

A 6ª Conferência abordará temas centrais para a classe contábil, como o Novo Relatório do Auditor Independente (NRA) e as atualizações das normas

internacionais de contabilidade (IFRS).

Um dos destaques do evento será a presença de palestrantes internacionais. Entre eles, James Gunn, diretor-geral de Normas Profissionais da International Federation of Accountants (IFAC), que apresentará o tema *Adoção do Novo Relatório do Auditor*. Marek Grabowski, diretor de Política de Auditoria do Financial Reporting Council (FRC), do Reino Unido, será responsável pela palestra *A experiência da aplicação do NRA no Reino Unido*. E Lewis Ferguson, membro do Board do International Forum of Independent Audit Regulators (IFIAR), será o palestrante do tema *Uma visão sobre a qualidade da auditoria no mundo*.

As palestras internacionais sobre o NRA serão tema de debate conduzido por Antonio Castro (Abrasca), Roberto Tadeu Antunes (CVM), Alberto Whitaker (IBGC), com a mediação do presidente do Ibracon, Idésio Coelho.

A programação envolve ainda os painéis: *Processos sancionadores – a experiência regulatória e as mudanças esperadas*, com Luiz Fernando Nóbrega (CFC), Madson de Gusmão Vasconcelos (CVM), José Reynaldo Furlani (BCB), Thiago Pedra Signorelli, Coordenador da Coordenação de Monitoramento de Solvência e Contabilidade da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e Francisco Sant’Anna, diretor de Comunicação do Ibracon.

Já a palestra *Gestão e crescimento sustentável das Firmas de Auditoria de Pequeno e Médio Portes (FAPMP)* será apresentada pelo empresário Carlos Alberto Julio, com comentários de Angela Alonso (sócia de FAPMP), Marcio Massao Shimomoto (Sescon-SP/Aescon-SP), tendo como mediadora Monica Foerster (diretora de FAPMP do Ibracon).

Atualidades das IFRS será o tema da palestra de Amaro Gomes, representante brasileiro no



International Accounting Standards Board (IASB), tendo como debatedores Zulmir Breda (CFC), Eliseu Martins (FEA-USP) e Rogério Garcia, diretor Técnico do Ibracon Nacional.

A investigação de fraudes e atos ilegais será debatido por Carlos Eduardo Miguel Sobral (ADPF), Antonio Carlos Ferreira de Sousa (COAF), Roberson Henrique Pozzobon (MPF), com o diretor de Administração e Finanças do Ibracon Nacional, Francisco de Paula dos Reis Jr. atuando como moderador.

O último painel, *A responsabilidade do auditor em relação a fraudes e atos ilegais*, contará com a presença de Claudio Longo, coordenador do Comitê de Normas de Auditoria (CNA) do Ibracon (2007/2015), Valdir Coscodai, membro da Comissão Nacional de Normas Técnicas (CNNT) do Ibracon, com Adelino Dias Pinho, diretor de Regionais do Ibracon como mediador. ✓





CFC mais próximo das instituições

CRIADA RECENTEMENTE PARA ESTREITAR O RELACIONAMENTO COM INSTITUIÇÕES DE CLASSE E COM ÓRGÃOS DOS PODERES EXECUTIVO, LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO, NOVA DIRETORIA DO CONSELHO FEDERAL JÁ CELEBRA AVANÇOS E PROJETA OS PRÓXIMOS PASSOS

O Conselho Federal de Contabilidade (CFC) instituiu, em dezembro de 2015, por meio da Resolução nº 1.498, a Vice-Presidência de Política Institucional. Sua missão é estreitar e coordenar o relacionamento da entidade com os Poderes Públicos e com organizações da sociedade civil, abrindo espaço para que a entidade mantenha diálogos frequentes sobre temas relacionados à área contábil no país.

O responsável por coordenar os trabalhos da nova diretoria é o conselheiro do CFC e agora vice-presidente de Política Institucional, Joaquim de Alencar Bezerra Filho. Contador e pós-graduado em Contabilidade e Auditoria, Bezerra Filho tem forte atuação no Piauí, onde, inclusive, recebeu a maior honraria da Contabilidade do estado, a Medalha Pedro Tobias Duarte, concedida por seus relevantes serviços ao segmento.

Para ele, a criação da nova diretoria ocorreu em momento “muito propício” para a ampliação das relações do CFC com outras instituições. “A classe contábil brasileira tem ocupado espaços importantes nas discussões das principais questões financeiras, econômicas, patrimoniais e até mesmo políticas do país”, sintetiza.

Por outro lado, afirma Bezerra Filho, “o processo de evolução da técnica contábil, seja pela necessidade de adaptação às questões tecnológicas, em função do progresso científico, seja pela necessidade de se ampliar o espectro das relações no Brasil e no mundo, requisitou essa pasta, de modo que o CFC pudesse estar mais próximo das instituições, acompanhando e articulando as questões de interesse da classe contábil brasileira”.

Início movimentado

As atividades da Vice-Presidência de Política Institucional começaram em janeiro e, mesmo com pouco tempo de atuação, a nova diretoria começa a apresentar resultados importantes. Joaquim Bezerra Filho destaca, por exemplo, o trabalho de articulação direta do CFC com os Poderes Públicos para debater os projetos de lei que tratam da alteração no novo Código Comercial, em tramitação em comissão especial do Congresso Nacional. “Após a discussão com a classe, apresentamos uma proposta de aprimoramento do texto existente, que foi amplamente acatada pelo relator da matéria na Câmara dos Deputados”, observa.

Bezerra Filho também ressalta o trabalho de articulação que a Vice-Presidência de Política Institucional do CFC vem fazendo junto ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ) para discutir o Cadastro Nacional de Peritos Contábeis, bem como o diálogo relativo à Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 45/2009, que atualiza a regulamentação do controle interno na administração, pública como instrumento de gestão.

“Outro campo importante de atuação da nova Vice-Presidência nesses primeiros meses de atividade diz respeito ao trabalho de atualização da Lei nº 4.320/1964, que trata das finanças públicas no Brasil, projeto que o CFC está negociando diretamente com a Secretaria do Tesouro Nacional e também com o Congresso Nacional”, revela.

Eleições e responsabilidade fiscal

A nova diretoria tem atuado também junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), por meio de uma parceria destinada à qualificação de profissionais e de partidos políticos em todo o país, no que se refere à contabilidade eleitoral, um campo de trabalho cada vez mais amplo.

“A parceria visa, ainda, à edição de um manual de orientação sobre as prestações de contas das eleições municipais que ocorrerão em outubro deste ano para a escolha de prefeitos e vereadores”, explica Bezerra Filho.

A Vice-Presidência de Política Institucional também acompanha de perto os avanços do Projeto de Lei do Senado – PLS 141/2014. Agora como Projeto de Lei Complementar 2010/2015, ele está tramitando na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara dos Deputados, onde o CFC já garantiu espaço para apresentar propostas.

O projeto tem por objetivo a reformulação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) e estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal. Nesse trabalho, esclarece Bezerra Filho, “a atuação do CFC não apenas garante a discussão sobre a evolução do texto da Lei como assegura o pleno respeito às Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público”.



JOAQUIM DE ALENCAR BEZERRA FILHO

UM DAS PRIORIDADES DA NOVA DIRETORIA É DEBATER OS PROJETOS DE LEI RELATIVOS AO NOVO CÓDIGO COMERCIAL

Mais além das normas

Em paralelo à maior aproximação com os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, e da marcante presença nos espaços públicos de diálogo acerca das normas que regem a contabilidade no país, também faz parte da atuação da nova diretoria o reforço institucional junto à mídia.

De acordo com o vice-presidente de Política Institucional, “a imagem da instituição é item fundamental para o relacionamento com a sociedade. Quanto maior o seu fortalecimento, bem como o da imagem da classe contábil como um todo, mais forte também será a nossa atuação como fator de proteção da sociedade”. “Em pouco tempo de atividade, já conseguimos que o relacionamento com a mídia evoluísse consideravelmente, não só na consolidação do CFC como fonte de informação importante, mas também como promotor de projetos que atendam à sociedade. Foi o que aconteceu durante o período de entrega da declaração

do Imposto de Renda, quando o Sistema CFC/CRCs, em todo o Brasil, orientou a sociedade para as melhores práticas e a condução correta das informações a serem prestadas à Receita Federal. Foi uma grande prestação de serviço social”, comemora Joaquim Bezerra Filho.

Motivado pelos avanços e bons resultados nesses primeiros meses de trabalho, o vice-presidente projeta os próximos passos da nova diretoria. “Seguiremos, diligentes, a movimentação de todos os projetos de interesse da classe contábil brasileira e já iniciamos as tratativas para criar a Frente Parlamentar de Contabilidade no Congresso Nacional, assim como estamos organizando o lançamento da Agenda Parlamentar. Também faz parte do planejamento da Vice-Presidência estreitar ainda

mais o relacionamento direto com as demais instituições representativa da classe, como o Ibracon - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, a Fenacon (Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas) e a Fundação Brasileira de Contabilidade (FBC), de forma que possamos caminhar juntos e alinhados nas discussões quanto às matérias que envolvam a contabilidade. Mais do que isso, queremos que nossa classe e suas instituições possam contribuir efetivamente para as principais reformas necessárias ao país”, conclui Joaquim Bezerra Filho. ✓



pingos e respingos

Tendências da CVM em 2016

A Abrasca promoveu no dia 11 de abril, em parceria com o escritório Motta Fernandes Rocha Advogados, um encontro para discutir as *Principais tendências da CVM em 2016*. O Ibracon foi representado pelo presidente da Diretoria Nacional, Idésio Coelho.

Glenif na Colômbia

Integrantes do Diretório do Grupo Latinoamericano de Emissores de Normas de Informação (Glenif) participaram, nos dias 11 e 12 de abril, de reunião de diretores e de outras atividades promovidas pelo Instituto Nacional de Contadores Públicos da Colômbia (INCP). As atividades ocorreram nas cidades de Bogotá e Medellín. O vice-presidente do Glenif e presidente do Conselho de Administração do Ibracon, Eduardo Pocetti, integrou um painel na Universidad EAFIT, juntamente com representantes do Uruguai e do Peru, cujo tema era *Exceções na aplicação da IFRS na América Latina: implicações e lições aprendidas*. Pocetti também participou de entrevista concedida ao INCP, juntamente com o presidente do Glenif, Felipe Pérez Cervantes, e o membro do Conselho Assessor e ex-presidente do Grupo, Juarez Domingues Carneiro.

Representação no IPSASB

Ayres Moura, membro do Ibracon, foi indicado como assistente técnico do representante da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) no International Public Sector Accounting Standards Board (IPSASB), da International Federation of Accountants (IFAC).

Novo presidente do TSE

O Ibracon participou no dia 12 de maio, da posse do novo presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Gilmar Mendes. Pelo Ibracon, esteve presente o superintendente geral Marco Aurelio Fuchida.

Palestra na FEA-USP

Monica Foerster, diretora de Firms de Auditoria de Pequeno e Médio Portes (FAPMP) do Ibracon, fez palestra no 1º Simpósio Genera – Mulheres: Escolhas e Carreira, na Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA) da Universidade de São Paulo (USP). O evento ocorreu entre 16 e 20 de maio, na sala da Congregação da FEA, em São Paulo.

Encontro de Conselheiros do IBGC

O Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC) realizou em 28 de abril, no L'Hotel Porto Bay, em São Paulo, o 54º Encontro dos Conselheiros Certificados da entidade. O tema, *O Novo Relatório do Auditor Independente agregando valor à Auditoria*, teve como palestrante Valdir Coscodai, membro da Comissão Nacional de Normas Técnicas (CNNT) do Ibracon.

Workshop na Capital Aberto

O diretor Técnico da Diretoria Nacional do Ibracon, Rogério Hernandez García, participou no dia 26 de abril do workshop promovido pela Revista *Capital Aberto* com o tema *Como Será o Novo Relatório do Auditor*, realizado na Saint Paul Escola de Negócios, em São Paulo.

Núcleo de Apoio Contábil em PE

A Delegacia da Receita Federal do Brasil do Recife e a Faculdade Nova Roma inauguraram, no dia 11 de maio, o Núcleo de Apoio Contábil e Fiscal (NAF), localizado na unidade do Bongi da faculdade. O presidente da 2ª SR do Ibracon, Marcelo Galvão Guerra, participou do evento, ao qual também compareceram líderes de entidades contábeis, diretores, gestores e alunos de Ciências Contábeis.



Cerimônia de inauguração do NAF, na Faculdade Nova Roma

Palestra no 18º Congresso da Anefac

O diretor Técnico do Ibracon Nacional, Rogério García, ministrou palestra sobre o tema *Os impactos do Novo Relatório do Auditor Independente nas empresas a partir de 2016*, no 18º Congresso da Anefac. O evento foi realizado em Gramado (RS), em maio, e teve como foco *A qualificação profissional, networking e o entretenimento*. O diretor de Regionais da Diretoria Nacional, Adelino Dias Pinho, também esteve presente.

Dia do Profissional da Contabilidade na Câmara...



Em cerimônia realizada em 11 de abril, a Câmara Municipal de São Paulo prestou homenagem ao Dia do Profissional da Contabilidade. A cerimônia foi presidida pela vice-presidente da Casa, Edir Sales. O diretor Técnico do Ibracon, Rogério Hernandez Garcia, recebeu a placa em homenagem ao Dia do Profissional da Contabilidade. Sergio Antonio Dias, presidente da 5ª Seção Regional do Ibracon, recebeu pela regional.

... No Sindcont-SP

O Dia do Profissional da Contabilidade também foi lembrado pelo Sindicato dos Contabilistas de São Paulo



Ibracon participa de solenidade em homenagem ao dia do profissional da contabilidade, no Sindcont-SP

4ª edição da Agenda Política da Fenacon

O Ibracon participou do lançamento da 4ª edição da Agenda Política e Legislativa da Fenacon, ocorrida em 19 de maio, em Brasília. Na ocasião, foram apresentados mais de 160 projetos e um aplicativo que permite acompanhar em tempo real os projetos em pauta no Congresso. O Ibracon foi representado pelo superintendente geral, Marco Aurelio Fuchida.

Sessão Solene na FEA-RP

Representado pelo diretor da 5ª SR, Luiz Claudio Granados, o Ibracon participou no dia 14 de abril da Sessão Solene da Congregação da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA-USP), de Ribeirão Preto.

Propostas do Ibracon e do CFC

Representantes do Ibracon e do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) reuniram-se em Brasília no dia 18 de

(Sindicont-SP). A homenagem aconteceu no dia 25 de abril na sede da entidade, em São Paulo. Pelo Ibracon, esteve presente o diretor de Regionais, Adelino Dias Pinho.

..E na Alesp

Já a Assembleia Legislativa de São Paulo (Alesp), por solicitação do Deputado Estadual Itamar Borges, homenageou os profissionais da contabilidade no dia 2 de maio. O presidente da Diretoria Nacional do Ibracon, Idésio Coelho, e o presidente da 5ª SR, Sergio Antonio Dias, receberam placa alusiva à data. Também pelo Ibracon estavam Adelino Dias Pinho, diretor de Regionais; Francisco de Paulo dos Reis Júnior, diretor de Administração e Finanças; Valdir Campos Costa e Osvaldo Nieto, diretores da 5ª SR, e Marco Aurélio Fuchida, superintendente geral do Instituto.



Sessão Solene realizada na Alesp em comemoração ao Dia do Profissional da Contabilidade

maio, na sede do CFC. O encontro discutiu, entre outros pontos, a sugestão de inclusão de uma palestra sobre o Novo Relatório do Auditor no 20º Congresso Brasileiro de Contabilidade, que acontecerá entre 11 e 14 de setembro em Fortaleza (CE), e a proposta de se formar um grupo de apoio do Brasil ao Glenif – Grupo Latinoamericano de Emissores de Normas de Información Financiera. Pelo Ibracon, estiveram presentes Eduardo Pocetti, presidente do Conselho de Administração; Idésio Coelho, presidente da Diretoria Nacional; e Marco Aurelio Fuchida, superintendente geral. O CFC foi representado pelo seu presidente, José Martonio Alves Coelho.

1º Seminário de Contabilidade da Febraban

A Federação Brasileira de Bancos (Febraban) realizou dia 14 de abril no Hotel InterContinental, em SP, o 1º Seminário de Contabilidade. O Ibracon esteve representado por seu presidente, Idésio Coelho.

Prêmio Transparência: lançamento em breve

COM CATEGORIAS JORNALISMO E UNIVERSITÁRIO, INICIATIVA DESTACA REPORTAGENS E TRABALHOS ACADÊMICOS DE RECONHECIDA IMPORTÂNCIA PARA A CONTABILIDADE E A AUDITORIA INDEPENDENTE

Em breve, serão abertas as inscrições para a 6ª edição do Prêmio Transparência do Ibracon – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. São duas modalidades – Jornalismo e Universitário – que destacarão as matérias jornalísticas e trabalhos acadêmicos que contribuem para fortalecer e valorizar a contabilidade e a auditoria independente do país.

Para essa edição especial do prêmio, que coincide com as celebrações pelos 45 anos de atividades do Ibracon, a organização preparou várias novidades.

Aos jornalistas, a principal mudança é que a própria organização do Prêmio selecionará as melhores reportagens de mídia impressa e digital sobre temas de auditoria independente e serviços correlatos, publicadas entre 1º de janeiro e 30 de novembro de 2016. Não haverá a necessidade de inscrevê-las.

A organização do Prêmio escolherá cinco finalistas entre as

matérias selecionadas, considerando critérios previamente estabelecidos. Elas concorrerão ao prêmio, caso haja concordância do autor.

O (a) autor (a) da reportagem escolhida ganhará uma viagem técnico-cultural de cinco dias a Londres, na Inglaterra, com todas as despesas pagas para o cumprimento da programação oficial da viagem, incluindo uma visita à sede do International Accounting Standards Board (IASB). Também será homenageado na abertura da Conferência Brasileira de Contabilidade e Auditoria Independente do Ibracon, um dos mais importantes eventos do segmento no país.

Para os universitários, a inovação deste ano é a possibilidade de inscrição de artigos científicos, além das monografias, que já eram aceitas.

Os artigos e monografias devem abordar temas que envolvam auditoria independente e serviços correlatos,

desde que tenha sido publicado entre os dias 1º de janeiro e 30 de novembro deste ano.

Outra novidade para os universitários está na premiação. Além da viagem técnico-cultural a Londres, para aluno e orientador, homenagem na Conferência e cinco licenças da versão mais atualizada do E-book *Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS)* para a universidade do vencedor, os três estudantes mais bem colocados também serão agraciados com o E-book.

De acordo com Francisco Sant'Anna, diretor de Comunicação do Ibracon, a iniciativa é um reconhecimento aos que, de alguma forma, contribuem com o desenvolvimento da profissão no Brasil. "O prêmio, em suas duas modalidades, tem a finalidade de ajudar a difundir o importante papel desempenhado pela auditoria e pela contabilidade não só dentro do país como no exterior, uma vez que estamos em total convergência com as normas internacionais", ressalta.

Premiados

Na edição de 2015 do Prêmio Transparência, os vencedores foram o estudante Paulo Roberto Matos de Carvalho e seu professor orientador, José Alves Dantas, da Universidade de Brasília (UnB), e a jornalista Daniela Rocha, repórter da *Revista RI – Relações com Investidores*.

A viagem de ambos para Londres acontecerá no segundo semestre deste ano, e os premiados já vivem a expectativa. "Será uma viagem enriquecedora pelo fato de estar com diversos especialistas do segmento de auditoria. Uma boa oportunidade para agregar bastante conhecimento em temas como *compliance*



FRANCISCO SANT'ANNA

e transparência, tão fortes na pauta das empresas, que certamente serão muito importantes para a minha atualização como repórter", destaca Daniela Rocha.

Para Paulo Roberto, a viagem terá uma emoção a mais: será a sua primeira internacional. "É muito bom poder juntar essa primeira experiência de viajar para fora do país em um local onde também poderei obter conhecimentos relevantes para o desenvolvimento da minha profissão, vivendo a realidade que foi passada na universidade", celebra. ✓

Para saber mais detalhes e acompanhar a abertura do prazo de inscrições, acesse www.ibracon.com.br e siga o Ibracon nas redes sociais.



Pelo Refinamento do Conceito de Democracia

DEVEMOS DESENVOLVER ARRANJOS INSTITUCIONAIS QUE ASSEGUREM A ESCOLHA LIVRE DOS ELEITORES E A IMPREVISIBILIDADE DE RESULTADO DAS ELEIÇÕES

O contexto político presente revela uma aparente crise de legitimidade das democracias atuais, tanto no Brasil como em outros países. Nesse sentido, ainda em 3 de agosto de 1977, Fernando Henrique Cardoso afirmou à Revista *Veja* que, “substantivamente, nunca houve democracia no Brasil”. Quase 30 anos depois, no posfácio da obra que escreveu a respeito de sua experiência como presidente do Brasil, Fernando Henrique Cardoso revelou que, a despeito de toda a evolução ocorrida nos anos anteriores, ainda mantinha visão pessimista sobre o estágio de desenvolvimento da democracia no país. afirmou, nesse sentido, que “o que me decepciona é ver o tempo que custou para o país obter os resultados que alcançamos, tão longe ainda do necessário”.

Por sua vez, o cientista político Charles Tilly, fundamentado possivelmente no conceito de democracia substantiva, sustentou

a irrelevância prática e teórica da previsão da Constituição de 1996 do Cazaquistão que qualificava como democrático o regime político praticado naquele país.

Com efeito, as visões de Fernando Henrique Cardoso e Charles Tilly sobre democracia exemplificam o fato de que os teóricos sociais geralmente embutem no seu conceito o contrário de tudo aquilo que repudiam nos regimes autoritários. Isso faz com que seja mais comum encontrar fórmulas de condução de processos de democratização do que agendas voltadas ao incremento da qualidade de democracias consolidadas. Tornou-se simples saber o que a democracia não representa e extremamente difícil compreender o contrário.

Nesse contexto, o refinamento do conceito de democracia impõe que, antes da discussão sobre a qualidade de democracias já consolidadas, ou

em processo de consolidação, se depure os conceitos de democracia e de governo representativo, que sofreram inesperado processo de identificação, a ponto de as discussões políticas contemporâneas equipararem esses modelos de organização política. Ou seja, é comum que se confunda democracia com governo representativo, não obstante o governo representativo ter sido originalmente em oposição à ideia de democracia.

Ocorre que a concepção presente de democracia se afasta substancialmente do que preconizavam os princípios teóricos das revoluções. De fato, no governo representativo, o representante não deve ser igual ao seu representado e tampouco se vincular às suas instruções. O representante constitui cidadão que, por seus talentos, inteligência ou riqueza, é considerado pelos eleitores o mais apto a tomar as decisões políticas da comunidade. Daí sua independência



Rodrigo de Bittencourt Mudrovitsch

Advogado, professor do IDP, mestre em Direito Público pela UnB e doutor em Direito Constitucional pela USP

em relação aos representados – atenuada apenas nas eleições – e a rejeição peremptória, pelos idealizadores do governo representativo, da concepção de mandatos vinculativos. O cerne de sua dinâmica é o princípio da distinção entre representantes e representados. Não se espera que o povo tome diretamente as decisões da coletividade e nem mesmo que seja representado por seus iguais no Parlamento, mas sim que seja livre para escolher a elite que irá governá-lo.

Em verdade, é esse princípio da distinção o ponto central do que se convencionou chamar democracia representativa. Com efeito, o governo representativo se transformou em modelo político ambivalente, em que convivem, com significativa estabilidade, elementos aristocráticos e democráticos.

Com essa concepção em perspectiva, pode-se concluir

O POVO DEVE SER LIVRE PARA ESCOLHER A ELITE QUE IRÁ GOVERNÁ-LO

que o incremento do regime democrático, portanto, depende do desenvolvimento de arranjos institucionais que sejam atentos ao princípio da distinção entre representantes e representados. Não cabem reduções teóricas que equivalem democracia a voto ou estabelecem que é necessário consenso substantivo para o desenvolvimento de regimes democráticos. Distintamente, o contexto presente permite compreender a democracia como

regime político no qual a ocupação dos postos do governo resulta de eleições competitivas, abertas e regulares, ou seja, em que haja imprevisibilidade das eleições. Assim, o desenvolvimento de arranjos institucionais que evitem a captura do parâmetro de distinção, assegurando a imprevisibilidade de resultado das eleições, com a escolha livre, pela população, de qual diferenciação social ocupará o poder, certamente contribui para o incremento da democracia. ✓

O legado do professor



O professor Iran Siqueira Lima, ex-presidente da Fipecafi (Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras) e membro do Conselho Editorial da Revista Transparência do Ibracon por quatro anos, desde o seu lançamento, em 2011, faleceu no dia 29 de abril, poucos dias antes de completar 72 anos, 47 dos quais dedicados ao mercado financeiro. “A minha cachaça é o mercado financeiro”, brincou certa vez. À parte a profícua e intensa vida profissional o professor Iran encontrava na música permanente inspiração e tinha uma predileção pelas composições de Tom Jobim e Vinícius de Moraes, algumas das quais costumava dedilhar ao piano. Adepto do tênis e vôlei, encontrava nesses esportes, uma alternativa para equilibrar as tensões do dia-a-dia.

Iran Siqueira dedicou-se profundamente à Fipecafi, onde teve um papel fundamental no apoio à convergência do Brasil às normas internacionais de contabilidade, particularmente na criação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Também presidiu o Conselho Curador da Fundação de Apoio ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis (FACPC).

Nascido no Rio de Janeiro em 21 de maio de 1944, filho de um dentista e de uma professora de piano, Iran Siqueira Lima era casado com Maria Ercília Mota Lima e tinha dois filhos, Ana Gabriela e Luis Eduardo. Com um espírito determinado, Iran jamais desistiu de atingir seus objetivos, ainda que por caminhos diversos. Antes de entrar na área financeira, ele chegou a ser oficial da Marinha. Desde cedo, buscou fazer carreira no serviço público, prestando 13 diferentes concursos. Formou-se em Economia pela Universidade do Estado do Rio de



Janeiro (UERJ) e em contabilidade pela Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal (AEUDF).

Tinha pós-graduação em Engenharia Econômica e Administração Industrial pela Universidade Cândido Mendes (UCAM); também era mestre e doutor em Contabilidade e Controladoria pela Faculdade de Economia e Administração (FEA), da Universidade de São Paulo (USP). Participou de diversos cursos nos Estados Unidos e no Japão.

IRAN SIQUEIRA LIMA DEDICOU 47 DOS SEUS 72 ANOS AO MERCADO FINANCEIRO E ÀS ÁREAS CONTÁBIL E DE AUDITORIA



Divulgação

Entre as inúmeras funções que desempenhou durante sua atividade profissional, Iran integrou por duas vezes a diretoria do Banco Central, nas áreas de Fiscalização e Mercado de Capitais, e teve papel importante na criação da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), em 1976. Atuou em inúmeras entidades públicas; foi membro do Conselho de Administração do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), da Telecomunicações de São Paulo (Telesp) e da Telecomunicações Brasileiras S.A. (Telebrás). Como titular da Secretaria de Controle de Empresas Estatais (Sest), era responsável pelo monitoramento de cerca de 450 empresas, muitas de grande porte, como Petrobras e Banco do Brasil.

Sua atuação, contudo, não se restringiu à área pública. Iran Siqueira era consultor financeiro de empresas dos mais diversos portes e áreas de atuação. Foi membro dos Conselhos Fiscais do Banco Itaú, da Duratex, do Ibris – Instituto Brasileiro de Relações com Investidores –, do Conselho de Administração da Petroquímica União e da Riopol. Também integrava a Comissão de Arbitragem da Bolsa de Valores de São Paulo e a Comissão de Listagem-Bovespa/Mais, da Bovespa.

Ele era um apaixonado pela educação, que considerava sua missão, por acreditar que o desenvolvimento

FOI VÁRIAS VEZES
DIRETOR DO BC E
TRABALHOU NO BNDES,
TELEBRÁS, TELESP, SEST,
ALÉM DE TER SIDO CONSELHEIRO
DO ITAÚ, DURATEX, IBRIS,
ENTRE OUTROS



econômico e social de qualquer país tem no processo educacional seu elemento essencial. Coerente com essa convicção e dedicado à sua profissão, o professor Iran, por mais de 40 anos, lecionou disciplinas relacionadas às áreas de contabilidade e de finanças. Seu empenho foi fundamental para a criação da Faculdade Fipecafi e para a expansão da educação online, levando o conhecimento e a profissionalização para todo o país.

Bem humorado, o professor procurava ilustrar suas aulas



ELE ERA APAIXONADO PELA EDUCAÇÃO, QUE CONSIDERAVA UM ELEMENTO ESSENCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO DE QUALQUER PAÍS

com exemplos ora pitorescos, ora tradicionais. Chegava a preparar um bolo para os alunos em dias de prova. Tinha plena consciência da importância de sua missão como educador e sempre priorizou instituições públicas, como a UnB e a USP. “Faltam profissionais qualificados para lecionar contabilidade no Brasil. As entidades contábeis têm feito grande esforço nesse sentido, ainda mais com o Programa de Educação Profissional Continuada, que obriga o profissional se atualizar”, disse certa vez.

O comprometimento do professor Iran com a racionalização de normas contábeis vem de longe. Em 1985, o presidente eleito Tancredo Neves pediu a ele – que à época era diretor da área de Mercado de Capitais do Banco Central do Brasil (BCB) – que fizesse um estudo para separar as áreas de Normas e de Fiscalização do BCB. Feito o estudo, Iran Siqueira foi nomeado primeiro diretor da área de Fiscalização do Banco Central do Brasil. A morte de Tancredo, contudo, fez com que o projeto não fosse implementado.

Uma de suas últimas batalhas foi a luta pela implantação das normas internacionais de contabilidade no setor público – International Public Sector Accounting Standards (IPSAS). A convergência do país às IPSAs está em processo. Mas o próprio Iran reconhecia que essa transição é mais difícil do que a convergência às IFRS, aplicáveis às empresas privadas. “A contabilidade pública é mais complexa, porque mexe com orçamento direto. Quem trabalha muitos anos em órgãos públicos está acostumado apenas a fazer fluxo de caixa e agora terá de pensar como empresa. Mas não é impossível; apenas levará mais tempo para ser implantado do que as IFRS”, disse ele, também em entrevista recente. “Na contabilidade pública, é preciso avaliar uma praça, um prédio ou um rio. A contabilidade pública não é mais difícil; ela apenas é mais demorada”, acrescentou.

A contribuição do professor Iran Siqueira de Lima para elevar o patamar das áreas contábil, atuarial e financeira do Brasil foi inestimável. ✓

Profissionais da Contabilidade, atenção às alterações na NBC PG 12 - Educação Profissional Continuada



A partir deste ano, a norma passa também a contemplar contadores preparadores de demonstrações contábeis em empresas atuantes em setores regulados ou consideradas de grande porte



Todos os profissionais que exercem atividades de auditoria independente também devem cumprir 40 horas por ano-calendário em atividades de Educação Profissional Continuada



O Ibracon é capacitador nato do Programa de Educação Profissional Continuada do CFC, alinhado com as normas de Ensino da IFAC



Verifique os cursos presenciais e à distância oferecidos pelo Ibracon

Conheça as firmas de auditoria associadas ao Ibracon

Alagoas

Convicta Auditores Independentes S/S
Maceió - AL / Tel: (82) 3336-5479

Amazonas

Baker Tilly Brasil Norte S/S - Auditores Independentes - EPP
Manaus - AM / Tel: (92) 3232-6046

Jd Auditores Independentes - Ltda
Manaus - AM / Tel: (92) 3631-0118

Bahia

Audicont - Auditores e Consultores S/C
Salvador - BA / Tel: (71) 3341-8977

Performance Auditoria e Consultoria Empresarial S/C
Salvador - BA / Tel: (71) 3113-4530

Ceará

Controller Auditoria e Assessoria Contábil S/C
Fortaleza - CE / Tel: (85) 3208-2700

Dominus Auditoria Consultoria e Treinamentos S/S
Fortaleza - CE / Tel: (85) 3224-6393

Distrito Federal

Ápice Contábil-Auditores Independentes S/S Ltda
Brasília - DF / Tel: (61) 3346-0667

Audiger Auditores e Consultores
Brasília - DF / Tel: (61) 3328-2628

Global Auditores Independentes S/C
Brasília - DF / Tel: (61) 3224-5494

Itecon Instituto Técnico de Consultoria e Auditoria
Brasília - DF / Tel: (61) 3224-7799

Goiás

Masters Auditores Independentes S/C
Goiânia - GO / Tel: (62) 3224-6116

Minas Gerais

ADPM - Administração Pública Para Municípios Ltda
Belo Horizonte - MG / Tel: (31) 2102-3711

Baker Tilly Brasil MG Auditores Independentes
Belo Horizonte - MG / Tel: (31) 3118-7800

Castro, Serra, Nirdo Auditores Independentes
Belo Horizonte - MG / Tel: (31) 3226-6286

Fernando Motta e Associados Auditoria Independente
Belo Horizonte - MG / Tel: (31) 3221-3500

Nexia Teixeira Auditores
Belo Horizonte - MG / Tel: (31) 3282-9939

Orplan Auditores Independentes
Belo Horizonte - MG / Tel: (31) 3115-1425

Soltz, Matoso e Mendes Auditores Independentes
Belo Horizonte - MG / Tel: (31) 3274-2900

Paraná

Bazzaneze & Auditores Independentes S/S
Curitiba - PR / Tel: (41) 3322-9098

CPN Auditores Independentes S/S
Curitiba - PR / Tel: (41) 3222-0048

Grunitzky Auditores Independentes S/S
Curitiba - SP / Tel: (41) 3322-9982

Muller & Prei Auditores Independentes S/S
Curitiba - PR / Tel: (41) 3078-9990

Torre Auditores Independentes S/S
Curitiba - PR / Tel: (41) 3018-3880

Pernambuco

ARC & Associados Auditores Independentes S/C
Recife - PE / Tel: (81) 3035-6500

Chronus Auditores Independentes
Recife - PE / Tel: (81) 3231-6563

Directivos Auditores Independentes
Recife - PE / Tel: (81) 3325-2251

Guimarães & Associados Aud. e Cons. S/C
Recife - PE / Tel: (81) 3465-0762

PHF Auditores Independentes
Recife - PE / Tel: (81) 3463-0797

Referencial Auditores e Consultores S/S
Recife - PE / Tel: (81) 3421-9001

SA Leitão Auditores S/C
Recife - PE / Tel: (81) 3366-9922

100Porcento Auditores Independentes S/S
Recife - PE / Tel: (81) 3242-2406

Piauí

Audíper - Auditores Independentes S/S
Teresina - PI / Tel: (86) 3303-0987

Rio de Janeiro

Acal - Auditores Independentes S/S
Rio de Janeiro - RJ / Tel: (21) 2159-8801

Criterio Auditores e Consultores Associados S/C
Rio de Janeiro - RJ / Tel: (21) 2233-0977

Crowe Horwath Bendoraytes e Cia Auditores Independentes
Rio de Janeiro - RJ / Tel: (21) 3385-4662

FSA Network
Rio de Janeiro - RJ / Tel: (21) 2509-6200

HLV Auditores S/S
Rio de Janeiro - RJ / Tel: (21) 2262-5115

Indep Auditores Independentes S/C
Rio de Janeiro - RJ / Tel: (21) 2263-5189

LMPG Auditores Independentes
Rio de Janeiro - RJ / Tel: 21- 2524-0345

Loudon Blomquist Auditores Independentes
Rio de Janeiro - RJ / Tel: (21) 2509-8658

Opinião Auditores Independentes
Rio de Janeiro - RJ / Tel: (21) 2223-2785

Premium Auditores Associados
Rio de Janeiro - RJ / Tel: (21) 3410-3679

Premium Auditores e Consultores Ltda.
Rio de Janeiro - RJ / Tel: (21) 3233-47382

Walter Heuer Auditores Independentes
Rio de Janeiro - RJ / Tel: (21) 2240-1332

Rio Grande do Sul

Arruda & Matos Auditores Associados S/S
Porto Alegre - RS / Tel: (51) 3072-5282

Maciel Auditores S/S EPP
Porto Alegre - RS / Tel: (51) 3037-5034

UHY Moreira Auditores
Porto Alegre - RS / Tel: (51) 3210-8000

Santa Catarina

Martinelli Auditores
Joinville - SC / Tel: (47) 2101-1900

Sergipe

A Priori Auditores Independentes S/S
Aracaju - SE / Tel: (79) 3011-5005

Ricarte Contabilidade S/C LTDA
Aracaju - SE / Tel: (79) 2106-3800

São Paulo

4partners Auditores Independentes S/S
São Paulo - SP / Tel: (11) 5102-2510

Aguiar Feres Auditores Independentes S/S
Ribeirão Preto - SP / Tel: (16) 3632-3100

Alonso Barreto e Cia Auditores Independentes
São Paulo - SP / Tel: (11) 3255-8310

Andreoli e Associados Auditores Independentes
São Paulo - SP / Tel: (11) 5052-6250

Ápice Auditores Independentes Ltda.
São Paulo - SP / Tel: (11) 3171-2727

Apply Auditores Associados
Santos - SP / Tel: (13) 3228-2700

As firmas estão listadas por Estado, considerando a jurisdição de associação, que pode ser feita em mais de uma Seção Regional do Ibracon. A identificação do Estado não significa a área geográfica de atuação, informação que deve ser consultada diretamente com a firma selecionada. O Ibracon não é uma instituição certificadora de seus associados.

Approach Auditores Independentes
Presidente Prudente - SP / Tel: (18) 3916-5185

Assessor Bordin Consultores Empresariais Ltda
São Paulo - SP / Tel: (11) 3526-7346

Atac Auditores Independentes S/S
Santos - SP / Tel: (13) 3221-8879

Athros Auditoria e Consultoria
São Caetano - SP / Tel: (11) 4435-7302

Attest Auditores Independentes
Ribeirão Preto - SP / Tel: (16) 3237-3534

Audilink e Cia Auditores Ltda
São Paulo - SP / Tel: (11) 3819-2207

Audioesp Auditoria e Consultoria S/S
Campinas - SP / Tel: (19) 3255-7966

Audisa Auditores Associados
Santana de Parnaíba - SP / Tel: (11) 3825-9671

Auditora Brasileira S/S
Limeira - SP / Tel: (19) 3701-4718

Azevedo Auditoria e Assessoria Contábil Ltda.
Araçatuba - SP / Tel: (18) 3117-4500

Baker Tilly Brasil Auditores Independentes S/S
São Paulo - SP / Tel: (11) 5504-3800

BC Control Auditoria e Consultoria
São Paulo - SP / Tel: (11) 3828-0911

BDO RCS
São Paulo - SP / Tel: (11) 3848-5880

BKR Lopes, Machado Auditores e Consultores
São Paulo - SP / Tel: (11) 5041-4610

BLB Auditores Independentes
Ribeirão Preto - SP / Tel: (16) 3941-5999

Caaud Auditores Independentes S/S
São Paulo - SP / Tel: (11) 9.8609-7089

CCA Continuity Auditores Independentes S/S
São Paulo - SP / Tel: (11) 2613-0293

Cokinos & Associados Auditores Independentes S/S
São Paulo - SP / Tel: (11) 5085-0280

Conaud Auditores Independentes S/C
Ribeirão Preto - SP / Tel: (16) 3931-1718

Conance Auditores Independentes
São Paulo - SP / Tel: (11) 5044-0683

Consulcamp Auditoria e Assessoria
Campinas - SP / Tel: (19) 3231-0399

Cotrin e Associados Auditores Independentes
São Paulo - SP / Tel: (11) 3062-9185

Crowe Horwath Macro Auditores Independentes S/S
São Paulo - SP / Tel: (11) 5632-3733

De Biasi Auditores Independentes
São José dos Campos - SP / Tel: (12) 2138-6000

Deloitte
São Paulo - SP / Tel: (11) 5186-1000

EY
São Paulo - SP / Tel: (11) 2573-3000

ETAE Auditores Independentes
São Paulo - SP / Tel: (11) 3122-6333

Evolução Auditores Independentes S/S
Campinas - SP / Tel: (19) 3324-6696

Exame Auditores Independentes
Nova Ribeirânia - SP / Tel: (16) 3514-5300

Fabbri Auditores
São Paulo - SP / Tel: (11) 3141-0398

FSA Network
São Paulo - SP / Tel: (11) 3097-9994

Galloro e Associados Auditores Independentes
São Paulo - SP / Tel: (11) 3255-0555

Geasc - Auditoria, Assessoria e Serviços Contábeis Ltda.
São Paulo - SP / Tel: (11) 2272-3501

Grant Thornton Auditores Independentes
São Paulo - SP / Tel: (11) 3886-5100

Hirashima & Associados Auditores Independentes
São Paulo - SP / Tel: (11) 5102-0007

HLB Onix Auditoria e Consultoria Empresarial Ltda
São Paulo - SP / Tel: (11) 5579-8988

Horwath Tufani, Reis & Soares Auditores Independentes
São Paulo - SP / Tel: (11) 3848-5880

Igaf - Rodyo s Auditores Independentes S/S
São Paulo - SP / Tel: (11) 5081-5458

Irmãos Campos e Cerbocini Auditores Associados
São Paulo - SP / Tel: (11) 3675-1228

JDM Auditores e Consultores S/C
São Paulo - SP / Tel: (11) 3872-1995

KPMG
São Paulo - SP / Tel: (11) 3940 1500

KSI Brasil Auditores Independentes
São Paulo - SP / Tel: (11) 3218-7795

LCC Auditores Independentes
São Paulo - SP / Tel: (11) 3798-3313

LM Auditores Associados
São Paulo - SP / Tel: (11) 5572-3962

Lopes Auditoria e Contab. Ltda.
Piracicaba - SP / Tel: (19) 3434-3659

Magalhaes Andrade Auditores Independentes S/S
São Paulo - SP / Tel: (11) 3814-3377

MAP Auditores Independentes EPP
São Paulo - SP / Tel: (11) 3145-3545

Mazars Auditores Independentes S/S
São Paulo - SP / Tel: (11) 3524-4500

Moore Stephens Lima Luchesi Auditores Independentes
São Paulo - SP / Tel: (11) 5561-2230

Moore Stephens Prisma Auditoria e Consultoria
Ribeirão Preto - SP / Tel: (16) 3019-7900

Narazzaqui HF & Cia - Auditores
São Paulo - SP / Tel: (11) 5572-4156

NK Auditores Independentes
São Paulo - SP / Tel: (11) 3062-3000

Opinion Auditores e Consultores S/C
São Paulo - SP / Tel: (11) 3256-4864

Padiani Auditores Independentes S/S
Boituva - SP / Tel: (15) 3263-1798

Padrão Auditoria S/S
São Paulo - SP / Tel: (11) 5080-5855

Partnership Auditores e Consultores S/S
São Paulo - SP / Tel: (11) 3541-2992

Pemom Auditores Independentes S/S
São Paulo - SP / Tel: (11) 2619-0500

Peppe Associados Consultores e Auditores Independentes
São Paulo - SP / Tel: (11) 5531-9975

Personal Auditoria e Consultoria Empresarial S/C
São Paulo - SP / Tel: (11) 3637-6192

PP&C Auditores Independentes
São Paulo - SP / Tel: (11) 3883-1600

PwC
São Paulo - SP / Tel: (11) 3674-2000

Rengi Trevor Auditores Independentes S/S
São Paulo - SP / Tel: (11) 2129-8980

RM Auditoria Contabil - S/S
Santos - SP / Tel: (13) 3222-5848

Rodl e Partner Auditores Independentes
São Paulo - SP / Tel: (11) 5094-6060

Sacho Auditores Independentes
São Paulo - SP / Tel: (11) 2796-2977

SGS Auditores Independentes
São Paulo - SP / Tel: (11) 3862-1844

Simionato Auditores Independentes
Campinas - SP / Tel: (19) 3255-8040

TG&C Auditores Independentes
São Paulo - SP / Tel: (11) 5908-4220

Triade Auditores e Consultores
São Paulo - SP / Tel: (11) 3079-3022

Units Auditores e Consultores S/C
São Paulo - SP / Tel: (11) 5102-3793

Unity Auditores Independentes
São Paulo - SP / Tel: (11) 2869-8358

Upwards Auditores Independentes S/S EPP
São Paulo - SP / Tel: (11) 5503-6588

W.R.M Auditoria e Consultoria S/S Ltda
Bauru - SP / Tel: (14) 9.9148-7076

Base: jun/16



INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL

A Revista Transparência Ibracon é uma publicação trimestral do Ibracon – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil
Tiragem: 3.500 exemplares

Rua Maestro Cardim, 1.170, 9º and.
CEP 01323-001
Bela Vista, São Paulo, SP
Tel/Fax: (11) 3372-1223
www.ibracon.com.br
revistatransparencia@ibracon.com.br

Conselho de Administração
Adeildo Osório de Oliveira
Antomar de Oliveira Rios
Eduardo Augusto Rocha Pocetti
Ernesto Rubens Gelbcke
Fernando Dantas Alves Filho
Idésio da Silva Coelho
Jorge Luiz Canabarro Menegassi
Juarez Lopes de Araújo
Marcelo de Deus Saweryn
Marcelo Galvão Guerra
Paolo Giuseppe Lima de Araújo
Paulo Buzzi Filho
Paulo Cezar Santana
Pedro Augusto de Melo
Raul Corrêa da Silva
Rogério Costa Rokembach
Sérgio Antonio Dias da Silva

Diretoria Nacional
Presidente
Idésio da Silva Coelho Júnior
Diretor Técnico
Rogério Hernandez Garcia
Diretor de Administração e Finanças
Francisco de Paula dos Reis Júnior
Diretor de Desenvolvimento Profissional
Carlos Alberto de Sousa
Diretor de Regionais
Adelino Dias Pinho
Diretor de Comunicação
Francisco Antonio Maldonado Sant'Anna
Diretora de FAPMP
Monica Foerster

Superintendente
Marco Aurelio Fuchida

Conselho Editorial
Adelino Dias Pinho
Alfried Plöger
Fábio Moraes da Costa
Fernanda Queiroz Rivelli
Francisco Antonio Maldonado Sant'Anna
Heloisa Helena Montes
Henrique José Fernandes Luz
Jorge Alberto da Cunha Moreira
Jorge Luiz Canabarro Menegassi
Marco Aurelio Fuchida
Wellington Rocha

Colaboração
Shirlei Liberal Nogueira Lima



Av. Paulista, 509, cj. 602
01311-000 São Paulo SP
Tel: (11) 3266-6088
contato@libris.com.br
www.libris.com.br

Jornalista Responsável
Jayme Brener (MTb 19.289)

Editora-chefe
Geralda Privatti

Colaboradores
Claudio Camargo
Denis Dana



Projeto gráfico e diagramação
AreaDesign - Wilma Temin

Impressão
Vox Editora

Os principais conteúdos do Ibracon sempre ao seu alcance

O Ibracon disponibiliza aos seus associados os principais conteúdos sobre o mercado e a profissão, em computadores, tablets e smartphones.

Baixe o IDR – Ibracon Digital Reader e tenha acesso a materiais exclusivos.



Ainda não é associado ao Ibracon?

Acesse: www.ibracon.com.br e consulte sua Seção Regional para ter acesso irrestrito a todos os benefícios oferecidos pelo Ibracon.

Não associados também podem baixar o IDR gratuitamente e visualizar as últimas edições da Revista Transparência.



O Ibracon está presente em multiplataformas para levar informação de forma rápida e prática. Compatível com os sistemas operacionais: Windows, IOS X, Linux, Android e IOS.

www.ibracon.com.br/idr

IBRACON | 45 anos
INSTITUTO DOS AUDITORES INDEPENDENTES DO BRASIL
1971-2016



Nacional

**Ibracon - Instituto dos Auditores
Independentes do Brasil**
Rua Maestro Cardim, 1170, 9º andar
01323-001, Bela Vista, São Paulo, SP
Fone/Fax: 55 (11) 3372-1223
www.ibracon.com.br

Seções Regionais

1ª Seção

Rua Azevedo Bolão, 28
60450-675, Fortaleza, Ceará
Fone/fax: (85) 3065-1099
ibraconprimeira@yahoo.com.br

2ª Seção

Rua José Aderval Chaves, 78, sl. 405
51111-030, Recife, PE
Fone: (81) 3327-1174, (81) 99191-0311
ibraconsegunda@smartsat.com.br

3ª Seção

Av. Passos, 101, cj 504
20051-040, Rio de Janeiro, RJ
Fone/Fax: (21) 2233-5833,
(21) 2233-5917, (21) 2233-5357
ibraconterceira@ibraconterceira.com.br

4ª Seção

Rua Santa Catarina, 1630, sl. 104/105
30170-081, Belo Horizonte, MG
Fone: (31) 3275-3070
ibraconquarta@ibracon.com.br

5ª Seção

Rua Maestro Cardim, 1170,
9º andar
01323-001, São Paulo, SP
Fone: (11) 3372-1223
ibraconquinta@ibracon.com.br

6ª Seção

Rua dos Andradas, 718, cj. 402
90020-004, Porto Alegre, RS
Fone: (51) 3228-3140
ibraconsexta@ibracon.com.br

9ª Seção

Rua Methódio Coelho, 91
Ed. Prado Empresarial, sl. 607
40279-120, Salvador, BA
Fone: (71) 3353-2126
ibraconnona@ibracon.com.br